

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CIÊNCIAS SOCIAIS

PATRÍCIA KLOCK

**O acesso à educação e a trajetória de jovens rurais do interior de Santa
Catarina**

Florianópolis

2021

PATRÍCIA KLOCK

**O acesso à educação e a trajetória de jovens rurais do interior de Santa
Catarina**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Klock, Patrícia

O acesso à educação e a trajetória de jovens rurais do interior de Santa Catarina / Patrícia Klock ; orientador, Rodrigo da Rosa Bordignon, 2021.

84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Jovens rurais. 3. Educação. 4.
Trajetórias. I. Bordignon, Rodrigo da Rosa. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Patrícia Klock

**O acesso à educação e a trajetória de jovens rurais do interior de Santa
Catarina**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Local, 30 de setembro de 2021.

Prof.^a Dr.^a Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Mazon
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado às agricultoras e aos agricultores, em especial as juventudes do campo, que resistem, plantam e vivem.

AGRADECIMENTOS

Começo a agradecer as minhas raízes, já que são as bases iniciais da vida, de onde me nutro com a força e a energia para continuar. Agradeço a minha ancestralidade que se criou e se sustentou através da roça, plantou, cultivou e alimentou a tantos. Agradeço a meu pai Nicolau e a minha mãe Lisbeth e as minhas irmãs Alice e Júlia. A meus pais que deram o melhor para termos uma boa vida, agradeço, em especial, por terem nos incentivado a estudar e terem nos levado à escola todas às vezes que por alguma razão o transporte não chegava. Agradeço às minhas irmãs por compartilharmos nossas experiências, trajetórias, dificuldades e felicidades. E a todas e todos os demais familiares que me apoiaram na busca pelo estudo, muito obrigada!

Às e aos profissionais da educação de quem fui discente meus agradecimentos. Agradeço, em especial, a Gabriela e a sua família, que me receberam nos primeiros dias em Florianópolis, antes minha professora, hoje minha colega de profissão e amiga que incentivou, acreditou e abriu muitos caminhos. Agradeço a todas e todos as/os professoras e professores da UFSC que de alguma forma acompanharam meu processo de formação, em especial a meu orientador professor Rodrigo pelo apoio, conhecimento e diálogos compartilhados. Agradeço também a professora Maria Ignez por todo o conhecimento, apoio, oportunidades e a aproximação com a sociologia rural e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Às companheiras do MMC pelo compartilhar de tantas histórias, pela força, pela luta e pela resistência, mulheres que inspiram e que fortalecem. Agradeço pelo esperar, plantar e cultivar, seja do solo, da vida ou da agroecologia, além de nos alimentar a cada dia com suas hortas, quintais produtivos, roçados, saberes e conhecimentos.

Agradeço a Luciane, psicóloga/terapeuta com quem tenho a felicidade de compartilhar vivências e experiências, e que me acompanha nos altos e baixos da vida, muito obrigada! As minhas amigas e amigos, a cada uma/um de vocês meu agradecimento, é com o compartilhar da vida que ela se torna mais significativa. A todas e todos que iniciaram o curso de Ciências Sociais comigo, em especial, agradeço, à Ana Paula, Andréia, Fernanda G. e Fernanda R. com quem compartilhei de pertinho o curso e tantos momentos da vida.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e a todos que lutaram e lutam pela universidade pública e para permanecermos nela. Agradeço também as jovens que participaram desta pesquisa, pela disponibilidade e pelas trocas.

“Como o verde que brota teimosamente em solo duro.
Tu desperta, querendo presente, querendo futuro. E na
busca és povo, és raça, és certeza! Na lavoura, na casa, na
luta. Mistura de força e coragem A fibra, a dor, a canção. [...]”
(ZANELLA, 2018)

RESUMO

Neste trabalho se buscou compreender a questão do acesso à educação e a trajetória de jovens rurais do interior de Santa Catarina. Nacionalmente, há um constante processo de êxodo rural, principalmente das jovens, o que leva ao envelhecimento e a masculinização do campo. Histórica e socialmente as trajetórias das jovens eram voltadas ao casamento ou ao celibato civil ou religioso, em uma posição de subordinação ao masculino. Mas ocorre uma mudança no processo de reprodução social da agricultura familiar, em que o foco da família (o coletivo) passa para o individual (pessoal), com uma maior flexibilização no padrão de herança. Portanto, atualmente, há uma tendência maior das jovens migrarem em busca do estudo. A migração das jovens se dá em procura de melhores condições de vida e do acesso à renda, em que há um incentivo da família para que as filhas e os filhos estudem. Em um contexto social, em que, dificilmente as jovens são as sucessoras, são os filhos não sucessores incentivados a migrarem e buscarem por uma reconversão social. Portanto, o maior acesso à educação no meio rural pode despertar o interesse dos jovens de ali realizarem seus projetos de vida? (sucessão). Ou, ao contrário, o acesso à educação é o primeiro passo para a migração para as cidades? É importante considerar que a escola tradicionalmente, reproduz a estrutura social entre dominantes e dominados. E são as trajetórias diferenciadas por questões como as relações de gênero, de classe social, de origem social, entre outras, em que estão os investimentos escolares atrelados às condições da reprodução social da agricultura familiar. Portanto, foi realizado um breve mapeamento de jovens filhas de agricultores, que estudaram ou estudam, no Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama, através do método de arborescência/bola de neve, visando uma compreensão mais aprofundada deste processo. Mas muitas questões permanecem abertas para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Jovens rurais. Educação. Trajetórias.

ABSTRACT

This work sought to understand the issue of access to education and the trajectory of rural youth in the interior of Santa Catarina. Nationally, there is a constant process of rural exodus, especially of young women, which leads to the aging and masculinization of the countryside. Historically and socially, the trajectories of the young women were focused on marriage or civil or religious celibacy, in a position of subordination to the male. But there is a change in the process of social reproduction of family farming in which the focus of the family (the collective) shifts to the individual (personal), with greater flexibility in the pattern of inheritance. Therefore, currently, there is a greater tendency for young people to migrate in search of education. The migration of young women takes place in search of better living conditions and access to income, and there is an incentive from the family for their daughters and sons to study. In a social context in which young women are hardly the successors, non-successor children are encouraged to migrate and seek social reconversion. Therefore, can greater access to education in rural areas arouse the interest of young people to carry out their life projects there? (succession). Or, on the contrary, is access to education the first step towards migration to cities? It is important to consider that the school traditionally, reproduces the social structure between the dominant and the dominated. And it is the trajectories differentiated by issues such as gender relations, social class, social origin, among others, in which school investments are linked to the conditions of social reproduction of family farming. Therefore, a brief mapping of young daughters of farmers, who studied or are studying, at the Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama, was carried out using the arborescence/snowball method, aiming at a deeper understanding of this process. But many questions remain open for future research.

Keywords: Rural youth. Education. Trajectories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor.....27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Áreas dos estabelecimentos rurais no Brasil.	22
Tabela 2 - Idade produtor - Brasil - 2006/2017.	25
Tabela 3 - Estabelecimentos dirigidos segundo sexo, cor ou raça.	27
Tabela 4- Nível de instrução do produtor brasileiro 2017.	29
Tabela 5- Tipos de estabelecimentos rurais em Santa Catarina 2017.	31
Tabela 6- Condição do produtor em relação à terra em Santa Catarina 2017.	32
Tabela 7- Relação dos ocupados na agricultura familiar em Santa Catarina 2017.	32
Tabela 8- Área dos estabelecimentos da agricultura familiar em Santa Catarina 2017.	33
Tabela 9- Estabelecimentos de ensino em áreas rurais por nível de ensino em Santa Catarina – 2015.	67
Tabela 10- Escolas do campo da educação básica em 2015.	67
Tabela 11- Perfil das jovens filhas de agricultores.	74

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	13
2- METODOLOGIA.....	16
3- A CONSTITUIÇÃO DO RURAL BRASILEIRO.....	20
3.1 - SANTA CATARINA E O RURAL.....	30
4- JOVENS RURAIS E AS POSSIBILIDADES DE FUTURO.....	35
4.1 - JOVENS RURAIS SUCESSORAS OU MIGRANTES?.....	37
5- TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL.....	52
5.1 - AS JOVENS RURAIS E A EDUCAÇÃO.....	59
6- MAPEANDO PERFIS: UM CONTATO INICIAL.....	68
7- CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS.....	81

1 - INTRODUÇÃO

O acesso à educação impacta diretamente na trajetória da juventude rural. A busca pela escolarização, principalmente das jovens vem aumentando, apesar dos baixos índices de escolarização do campo em relação aos índices da cidade. Assim, para compreender esse cenário é preciso observar que as trajetórias educacionais estão relacionadas à estrutura agrária e educacional brasileira.

A estrutura agrária no Brasil é bastante desigual, há um forte e constante processo de concentração de terra e também de renda, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. Em relação aos índices brasileiros, Santa Catarina, estado em que se mapearam as jovens desta pesquisa, possui menor índice de concentração de terra, mas não é possível ignorar que há um processo crescente de concentração de terra no estado. A agricultura em Santa Catarina é predominantemente a agricultura familiar, com famílias que trabalham em pequenas propriedades. Este tipo de caracterização da agricultura no estado e no Sul do país, se deve principalmente ao processo de colonização europeia.

O campo, no Brasil, é perpassado historicamente por uma série de fenômenos que transformam as relações sociais, modo de vida e trabalho. Um fenômeno constante ao longo do século XX no Brasil é o êxodo rural. Segundo Abramovay e Camarano (1999), que analisam o papel do êxodo e seu impacto nas diversas regiões do país, há um intenso processo de esvaziamento do meio rural, que em sua decorrência acarretam nos processos de envelhecimento e de masculinização do campo. Há nas diversas regiões do Brasil uma predominância da migração rural feminina, com exceção da década de 1960, mas constante no restante do período histórico de 1950 a 1980 analisados pelos autores.

Ainda para Abramovay e Camarano (1999, p. 09), “[...] outra característica importante é o rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo”. Para os autores, num primeiro momento ocorre uma migração dos jovens para ampliar a renda buscando a formação de seus lares, num segundo momento o êxodo predominante seria das jovens. Para Abramovay e Camarano (1999, p. 18), “[...] as moças estão mais expostas a alternativas à vida numa cultura ‘machista’ tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e frequentemente não manuais, num novo ambiente”.

Atualmente, é forte e predominante a migração das jovens do meio rural para o meio urbano, segundo autores como Carneiro (2001); Coradini (2011); Brumer e Anjos (2008). Carneiro (2001) frisa uma mudança no processo de reprodução social da agricultura familiar,

principalmente a partir da “Revolução Verde”, antes a família (o coletivo), tinha predominância em relação aos projetos individuais. Mas ao longo dos anos são cada vez mais individuais as decisões sobre os projetos de vida e profissionais da juventude do campo, processo esse conflitivo, segundo Coradini (2011), em que se encontram contradições também entre a sucessão e a migração.

É significativo, segundo Brumer e Anjos (2008), o processo de desvalorização cultural da agricultura familiar, o que afeta também a permanência dos jovens nesta profissão. Assim, se alteram as estratégias matrimoniais que buscavam manter a integralidade do patrimônio familiar, já que agora são mais movidos pelas escolhas individuais. Outra questão é a desvalorização simbólica de um conhecimento que se dá fora da escola. E com a maior proximidade do rural e do urbano, há um aumento da escolarização, em relação com a geração anterior. A agricultura passa a ser considerada a oportunidade aos que não puderam estudar ou se inserir no mercado de trabalho urbano.

Zago (2016) reforça que o incentivo educacional é feito pela família, com destaque ao incentivo do pai, diferente do meio urbano em que a mãe aparece como a maior incentivadora dos estudos. De acordo com Zago (2016), esse incentivo do pai agricultor aos seus filhos, se deve ao lugar ocupado historicamente pela figura paterna no campo, enquanto o provedor de sua família e das futuras gerações. Muitos pais e mães incentivam as filhas e os filhos a continuarem os estudos e a deixarem o campo, mas essa não é uma trajetória fácil de traçar. A educação tem também papel importante, atualmente, no processo de êxodo rural.

Diversos autores destacam as limitações concretas do processo de ascensão social, limitações que são maiores dependendo da origem social. Bourdieu e Passeron (2014) destacam as limitações do acesso e permanência no sistema educacional segundo a origem social, as condições materiais, o capital simbólico, etc. Ainda Bordignon (2020) aprofunda o debate sobre as desigualdades sociais de origem social, e a condição histórica que perpassou e ainda perpassa a população do campo, como o analfabetismo. Labache e Martin (2008) também sublinham que as limitações e as fronteiras sociais têm relação com classe, gênero, nacionalidade e origem social.

Ainda para as estratégias de reconversão ou de ascensão social, através da educação, esbarram em questões, como as apontadas por Hage (2014) e Zago (2016), que indicam a precariedade das escolas no campo e as possibilidades de ingresso e permanência das filhas e dos filhos no sistema escolar e/ou superior. Além do processo de fechamento de escolas, que é uma realidade concreta do rural brasileiro. Muitas escolas foram e continuam sendo fechadas

ao longo tempo, de acordo com Ferreira e Brandão (2012). Fenômeno esse que impacta e impactou na trajetória de muitos e muitas. Boa parte da população rural viveu as consequências do fechamento de escolas, os deslocamentos são cada vez maiores para continuar a estudar, assim como ocorre à desarticulação da comunidade, já que a escola representa(va) um local de sociabilidade comunitária. O impacto do fechamento das escolas rurais é vivido de formas diversas pelos diferentes sujeitos sociais do campo.

Apesar de ser referido muitas vezes, neste trabalho, o campo/rural de forma una, ele não o é. Há aspectos que o perpassam de forma nacional, como por exemplo, a concentração de terras, mas há uma grande diversidade intrínseca de identidades, para citar alguns exemplos, sem-terra, quilombolas, pescadores, etc. Portanto, é necessário definir a qual grupo esse estudo se trata. Assim como, a que juventude do campo se refere, já que a juventude também é heterogênea, como indicado por Bourdieu ao ser entrevistado por Métaillé (1978).

O presente trabalho busca compreender a questão do acesso à educação e o impacto na trajetória de jovens rurais do interior de Santa Catarina. As jovens ao qual esse trabalho se refere, residem em municípios da região do Alto Vale do Itajaí, que possui forte colonização alemã e italiana. São também jovens que estudaram ou estudam no Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama. Nesta região a produção da agricultura familiar tem predominância em setores como o de leite, de fumo, de milho, de cebola, além de uma diversidade de produtos voltados ao consumo familiar. A metodologia empregada neste estudo é aprofundada no tópico seguinte.

2 - METODOLOGIA

Esta pesquisa se divide em algumas etapas, a primeira parte se refere a uma análise e revisão bibliográfica do trabalho. A segunda se trata de uma breve atividade de campo realizada, que devido principalmente ao tempo, não pode ser muito mais aprofundada. Este trabalho busca compreender a questão do acesso à educação por jovens rurais e suas trajetórias escolares no interior de Santa Catarina, mais precisamente na região do Alto Vale do Itajaí. Para isso, se optou por realizar uma descrição do mapeamento das jovens rurais que estudaram em algum momento de suas trajetórias educacionais no Instituto Federal Catarinense – IFC, Campus Ibirama.

A análise bibliográfica situa em um primeiro momento o mundo rural brasileiro, trazendo dados do último Censo Agropecuário de 2017, que dá indícios acerca da concentração de terras no país, o êxodo rural, a educação e outros fatores correlacionados, importantes para situar o rural brasileiro. Após esse primeiro momento, é aprofundado a análise de dados também sobre o estado de Santa Catarina.

A partir desta análise inicial, a discussão teórica passa a se aprofundar sobre a juventude rural brasileira, sua realidade, possibilidades de futuro, a relação da sucessão rural e/ou da migração e quais as perspectivas sociais, profissionais das jovens rurais. Também são resgatadas problemáticas históricas do campo, como a questão de gênero e a questão sobre a reprodução social da agricultura familiar, e a discussão sobre as suas dinâmicas sucessórias e de herança.

Após a reflexão acerca da juventude se adentra o debate na questão da educação, mas principalmente a questão da educação no campo e o acesso à mesma pela população, com ênfase a juventude rural. Além disso, se fez necessário retomar o debate sobre o sistema educacional e a sua relação com a reprodução social, além do debate acerca das trajetórias sociais e possibilidades de reconversão social.

Partindo no tópico seguinte a uma breve contextualização da região do Alto Vale do Itajaí e do Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama. E por fim, se dá uma descrição do contato inicial com o campo recortado nesta pesquisa, com a apresentação do processo de mapeamento de perfis de algumas jovens rurais.

O contato com as jovens se deu de forma online, respeitando as exigências das condições atuais da pandemia mundial de COVID-19, o que delimita também a realização de processos como o de entrevista e o de observação do campo. Portanto, o contato com as

jovens aconteceu através de recursos tecnológicos como o celular e/ou computador e por redes sociais.

O processo metodológico para encontrar as jovens foi o de bola de neve/arborescência. Beaud e Weber (2007) afirmam que na arborescência inicialmente se encontra alguém para quem é explicada a natureza da pesquisa, com quem se discute a pesquisa livremente. Após esse momento, se dá o pedido de ajuda para prosseguir com a pesquisa, para que ele/ela indique outras pessoas, e estes indicados irão indicar outro e assim por diante. Nos casos em que o processo de arborescência funcionou bem é porque, segundo Beaud e Weber (2007), é onde há um meio forte de interconhecimento, o que não foi exatamente o caso desta pesquisa, a qual por vezes as indicadas não souberam indicar outras jovens rurais, sem criar dessa maneira uma nova ramificação. Mas por outro lado, houve algumas jovens que souberam indicar outras jovens filhas de agricultores.

Em princípio este trabalho buscava o contato com as jovens a partir de diálogo direto com o Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama, para a busca do perfil almejado, mas devido ao tempo e documentações necessárias exigidas, foi decidido pelo uso da técnica de bola de neve/arborescência. Assim, a pesquisadora que possui contato prévio, pois realizou seus estudos na mesma instituição, buscou entrar em contato direto com as jovens dentro do perfil, que indicaram outras jovens. Dentro do conjunto de jovens indicadas, pensou-se em mobilizar algumas categorias para a seleção de entrevistadas, buscando diversificar o perfil. Mas devido ao tempo para sua realização, este processo acabou se constituindo como um mapeamento prévio do campo.

E como exposto por Beaud e Weber (2007), se buscou tomar certa distância para se olhar para o mundo social com um novo olhar, desnaturalizando, estando aberto a transformar algumas posições de partida. Portanto, se procurou considerar o que é visto como banal de outra forma, olhando para a história e para momentos em que se cristalizam as relações sociais. A escolha de um campo, um meio de pesquisa, nem sempre é fácil, principalmente quando é um campo próximo ao (à) pesquisador (a), pois é um momento em que é preciso abandonar preconceitos e buscar a desnaturalização.

Retornando ao processo de contato com as jovens, a primeira apresentação foi por mensagem escrita e/ou áudio de apresentação da pesquisadora e da pesquisa. Por não ser, em certos casos, conhecida das jovens, foi importante esclarecer, quem havia feito à recomendação, indicação de contato. Também em certo momento se fez necessário o pedido de que uma das jovens que havia indicado outras fizesse a intermediação com uma das

indicadas, pois não se conseguiu contato inicialmente. Esta informante inicial atuou como referência para o contato com as demais jovens, o que permitiu abrir algumas portas, quebrando com desconfianças iniciais. Esses elementos são retomados e aprofundados no tópico referente ao mapeamento. A ideia inicial da realização de entrevistas, como informado anteriormente não se realizou, mas optou-se por manter o debate teórico referente à entrevista.

Sobre o processo de entrevista, se refletiu sobre, o que Beaud e Weber (2007, p. 118) afirmam:

[...] os entrevistados são re-situados em seus meios de interconhecimento [...] Tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local (história longa da região, história dos lugares e das pessoas) [...] Apoiam-se em observações prévias, as quais, por sua vez, guiam as observações por vir. Entrevistas e observações fazem progredir a pesquisa como um concerto.

Ainda sobre o processo de entrevista se compreende, de acordo com Beaud e Weber (2007), que entrevistas que não visam produzir dados quantitativos não precisam ser numerosas, mas é importante serem aprofundadas. Bourdieu (2008) também destaca a importância de sair da superfície e buscar pela verdade, revelar coisas que nem sempre estão na consciência das pessoas, quase como o trabalho de um(a) parteiro(a). Ainda para Beaud e Weber (2007), a entrevista é entendida também enquanto um misto de interação pessoal e cerimônia, que ganha sentido no contexto da pesquisa e que se relaciona umas com as outras, apesar dos pontos de vista particulares.

Também em relação à entrevista, buscou-se observar o que Bourdieu (2008) em a “Miséria do mundo” no capítulo “Compreender”, traz de reflexões sobre o processo de entrevista. Um dos pontos elencados é o da comunicação não violenta, tentando também compreender os efeitos que podem ser causados com a intrusão da entrevista de forma arbitrária, e o sentido que se faz ao entrevistado e explicando as razões que o levam a aceitar a entrevista. Também é importante ter cuidado, e tentar reduzir ao máximo as dissimetrias sociais e violências simbólicas que possa haver na relação entrevistador e entrevistado, e também em relação aos bens linguísticos e simbólicos. Além disso, se fez importante quebrar com possíveis ideias de superioridade do sociólogo.

Como pontuado por Bourdieu (2008), é preciso na entrevista ter disponibilidade com a pessoa interrogada, o que é chamado de escuta ativa e metódica. Também se buscou seguir alguns atributos para a comunicação não violenta, no contato inicial com as jovens. Evitou-se o uso de vocabulário ou palavras de ordem científica ou muito distante do cotidiano. A autora

e as jovens mapeadas partilham de proximidade social, o que em parte é algo positivo, criando laços de solidariedade e familiaridade que favorece a falar francamente. Por outro lado, há a possibilidade de um mal-estar que pode transformar a entrevista em uma socioanálise.

Outro ponto destacado por Bourdieu (2008), é que a própria entrevista, e as perguntas devem fazer sentido aos entrevistados. Mas é importante entender que não é possível controlar os efeitos, sempre múltiplos e complexos da relação entrevistador e entrevistados, pois também os entrevistados podem intervir para definir a situação para que seja proveitosa a eles. Bourdieu (2008, p. 704) afirma que a entrevista para:

[...] certos pesquisados, sobretudo entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se tomam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar. [...]

É por vezes momento esse que o entrevistado faz uma autoanálise. Ainda é essencial de se compreender que a neutralidade do observador, não passa de ilusão. E por fim, é necessário contextualizar que esta pesquisa tem como base uma análise principalmente qualitativa, com revisão de bibliografia e descrição do mapeamento, mas também aborda questões quantitativas de análise da configuração do rural brasileiro, aprofundadas a seguir.

3 - A CONSTITUIÇÃO DO RURAL BRASILEIRO

Ao olhar para a juventude rural, ou melhor, as jovens em específico e o acesso à educação, são necessários também retomar alguns aspectos da estrutura fundiária e agrária brasileira. As terras no Brasil desde a sua colonização pertenceram a poucas pessoas. A terra foi primeiramente dividida por capitânicas hereditárias designadas a algumas famílias, sujeitos de confiança do rei que passaram a ter a posse privada de enormes porções de terra. Estrutura essa que se transforma aos poucos, mas em essência a concentração fundiária permanece.

O monopólio da terra é uma realidade presente, apesar das especificidades regionais, a maior parte da terra continua sendo posse de grandes latifundiários. Segundo Wanderley (2019), a questão agrária está presente desde os primórdios da ocupação territorial brasileira, com o predomínio de extensas propriedades, que permanecem até o presente, sustentando o processo de acumulação capitalista na agricultura. A concentração de terra não se baseia em uma necessidade produtiva, mas sim historicamente ela se remete a uma dominação social, que fundamentalmente assume uma dimensão política. Ainda para Wanderley (2019, p. 17),

A ação do Estado sempre foi caracterizada pela orientação explicitamente favorável à constituição da grande propriedade fundiária, através de iniciativas e ações, socialmente onerosas e parasitárias: a doação de terras, pelo sistema de sesmarias, no período colonial; a abertura das fronteiras agrícolas, que favoreceu a incorporação de novas áreas agricultáveis, a instalação de infraestruturas e a legitimação da apropriação ilegal e violenta das terras públicas, sob a forma de grilagem de terras.

Em 1950, afirma Wanderley (2019), a grande propriedade é privilegiada pelo projeto político de modernização da agricultura que é incentivado pelo Estado, projeto este de fundo conservador. Neste projeto, se afirma enquanto necessária a sua realização em grande escala, tentando reconhecer nas propriedades de grande extensão a capacidade de incorporar as transformações tecnológicas, e também exclui os pequenos agricultores. Em 1964 é promulgado o Estatuto da Terra, que se caracterizou efetivamente como um apoio as grandes propriedades, assegurando a permanência dos grandes latifúndios. Aos que possuíam terra era possível o acesso a crédito e investimentos do Estado para a produção agrícola. Foi apenas na constituição de 1988, que se puseram limites à apropriação da terra, que se expressaram em termo da função social e ambiental da propriedade.

Neste período da “Revolução Verde”, do pacote tecnológico, dos agrotóxicos, dos maquinários agrícolas, de uma série de tecnologias, visando o projeto político modernizador para o rural brasileiro, ocorre uma sequência de conflitos sociais rurais, decorrentes deste

processo. Assim para Wanderley (2019, p. 18) a “[...] lógica fundiária é a face por meio da qual o capital transforma os agricultores sem-terra em assalariados e expulsa os posseiros, ocupantes não titulares da terra, de modo a se apropriar de suas posses, segundo o modo capitalista de propriedade [...]”. Nesse processo, há a separação do produtor das condições para sua subsistência, ampliando a miséria social. A modernização impôs ao trabalhador no Brasil uma excessiva exploração, que chega a um limite muito próximo do trabalho análogo à escravidão.

Em consequência do projeto modernizador, ocorre também uma forte migração, o êxodo rural, o deslocamento de uma grande massa da população brasileira rural para os centros urbanos. Segundo Garcia (1979), em 1940 o grosso da população brasileira, 70%, se situava no meio rural, já em 1980, isso se inverte 70% da população brasileira se encontra no meio urbano. Garcia (1979, p. 159) também aponta outros elementos vinculados ao processo de êxodo rural:

O centro dinâmico da economia, com a industrialização acelerada entre 1930 e 1980, e os poderes social, cultural e político vão localizar-se nas grandes metrópoles, com a reestruturação do Estado nacional e a ampliação de suas áreas de intervenção, com a criação de Universidades e a reorganização do sistema de ensino em bases nacionais, com o surgimento de partidos políticos e movimentos associativos em escala especificamente nacional.

Então, para Garcia (1979, p. 164), “[...] o mundo urbano que se expandia e se industrializava era portador de novas potencialidades, mas seus dinamismos e seus rumos dependiam de uma reestruturação das formas de operar do universo agrícola”. As bases do sistema de *plantation* acabaram não sendo mais produtoras, pois se alteraram os mercados internacionais de lavoura comercial, surgiram oportunidades de migração para metrópoles, e também os movimentos sociais camponeses, assim como o sindicalismo e a ampliação dos serviços de saúde e educação nos centros urbanos. Já no meio rural chegam muito mais tarde alguns direitos, por exemplo, os trabalhistas, atraso ocasionado por influência política dos grandes latifundiários. Wanderley (2019) pontua que essa oposição à regulamentação das relações de trabalho na agricultura, através do Estatuto do Trabalhador Rural, era justificada pelo trabalho rural não ser semelhante ao de outros setores e conseqüentemente não poderia ser remunerado da mesma forma. Além de que, para Wanderley (2019, p. 25 - 26), “[...] as políticas para o meio rural pouco levavam em conta a melhoria de suas condições materiais de vida e nem sequer eram reconhecidos como trabalhadores”. Já as mulheres são reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais, agricultoras apenas a partir da Constituição de 1988,

alcançando o acesso a direitos como, previdência e salário maternidade, a partir da mobilização e reivindicação popular.

Voltando um pouco no tempo, de acordo com Silva e Lorenzo (2020), foi no século XX o momento em que o estado brasileiro formula uma política protecionista industrial para fomentar o desenvolvimento industrial, substituindo as importações, pela utilização da capacidade produtiva instalada. Assim, o urbano industrial passa a ter predominância sobre o agrário, o campo passa a ser visto como o fornecedor de matérias primas e força de trabalho para a indústria, mas não alterou as relações de poder e produção que existiam no rural brasileiro.

Garcia (1979, p. 157) pontua que essas relações são:

[...] legado da escravidão em países como o Brasil, ou de formas de subordinação pessoal acarretada por instituições como a encomienda no mundo hispânico, faz parte a presença duradoura da dependência pessoal da maioria da população rural por relação aos proprietários de grandes domínios de terra, traço que marca profundamente a história do século XX.

As relações entre grandes latifundiários e pequenos produtores, como já indicado por Wanderley (2019) e Silva e Lorenzo (2020), estariam fundamentadas em uma estrutura de apropriação e concentração de terra e de recursos naturais; de relações patrimoniais das oligarquias regionais com o poder central; e de uma dependência ou associação da burguesia nacional com o capitalismo financeiro internacional.

Ainda para Silva e Lorenzo (2020, p. 22) “a ação do capital autorregulado, internacional e financeiro no território rural vem mantendo a estrutura fundiária do país concentrada”. Há, portanto, uma apropriação e acumulação de riquezas, através da concentração de terra. Em anos recentes, ocorre uma intensificação desse processo, que pode ser visualizado no Censo Agropecuário de 2017 (2019, p. 66).

Grupos de área	Censos Agropecuários			
	2006		2017	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 636	333 680 037	5 073 324	351 289 816
Menos de 10 ha	2 477 151	7 798 777	2 543 681	7 993 989
De 10 a menos de 100 ha	1 971 600	62 893 979	1 980 684	63 810 646
De 100 a menos de 1 000 ha	424 288	112 844 186	420 719	112 257 692
De 1 000 ha e mais	47 578	150 143 096	51 203	167 227 511
Produtor sem área	255 019	--	77 037	--

Tabela 1- Áreas dos estabelecimentos rurais no Brasil.
Fonte: IBGE (2019).

Percebe-se, segundo a Tabela 1, que há do Censo Agropecuário de 2006 para o de 2017 um aumento no número de estabelecimentos de menos de 10 hectares, mas ao mesmo tempo uma diminuição da área desses estabelecimentos, o que significa que ocorreu uma forte redução da área dos estabelecimentos rurais dentro desta faixa. Já o número de estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais aumentou significativamente de 2006 para 2017, assim como a área pertencente a estes. Significa para Silva e Lorenzo (2020, p. 23) que:

Em 2017 a concentração fundiária permaneceu desigual, quadro pouco alterado em relação a 2006. Enquanto os estabelecimentos até 10 ha perfaziam 50,9% do total de estabelecimentos ocupando 2,3% da área total, os estabelecimentos mais de 1000 ha inteiravam 1% do total de estabelecimentos distribuídos 47,5% da área total. A distribuição dos estabelecimentos aponta para um cenário de elevada concentração fundiária e, portanto, depreende-se a emergência de um processo de reforma agrária.

Segundo Wanderley (2019), é nos espaços rurais que predominam o chamado “agronegócio” onde a concentração de terra se revela em evidência, gerando espaços economicamente evidentes, mas socialmente esvaziado de população. Já os demais se encontram com um acesso precário a terra, o que permanece como o fator principal da pobreza rural e do bloqueio à reprodução de formas mais democráticas da propriedade fundiária.

Segundo os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (2019, p. 97) “[...] 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da lei n. 11.326¹ e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo Censo Agropecuário 2017 [...]”. A agricultura familiar ocuparia 80,89 milhões de hectares, 23% da área total dos estabelecimentos levantados pelo IBGE. Ou seja, apesar de corresponder a mais de $\frac{3}{4}$ do total dos estabelecimentos agrícolas, ocupa uma área de apenas $\frac{1}{4}$ da área total.

Ainda em relação à Tabela 1, os estratos intermediários com menos de 100 hectares se mantiveram com pouca variação, segundo o Censo Agropecuário de 2017, correspondem a

¹ Segundo Brasil (2006), é considerada agricultura familiar os estabelecimentos que atendem os seguintes critérios: artigo I não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; artigo II – utilizar de forma predominantemente a mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; artigo III ter um percentual mínimo da renda familiar que tenha origem de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, e artigo IV que seja dirigido seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

1,7% no total de estabelecimentos, com uma área média de 15,87 hectares. Já na faixa entre 100 a 1.000 hectares, houve uma redução de 3.569 unidades e de 586.494 hectares e nas áreas de 1.000 hectares ou mais teve um aumento de 3.625 unidades e de 17,08 milhões de hectares em relação ao Censo Agropecuário 2006, que representou um aumento na participação da área total de 45% para 47,6%.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (2019, p. 98) “[...] dos 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores eram de proprietários, representando 81% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 88% das suas áreas [da agricultura familiar]”. Outros 219 mil produtores, são assentados sem título definitivo, outros 466 mil possuíam acesso temporário e precário às terras, subdivididos entre 111 mil parceiros, 88 mil comodatários, 183 mil ocupantes e ainda há 5.494 produtores familiares sem área. E é na agricultura familiar, empregados 10,1 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% do total de estabelecimentos e a uma média de 2,6 pessoas ocupadas.

Para Silva e Lorenzo (2020), entre os anos de 2006 e 2017 os estabelecimentos classificados como de agricultura familiar diminuíram, segundo dados do IBGE, em torno de 9,5%, ou seja, 469 mil estabelecimentos deixaram de existir no país. Já estabelecimentos patronais aumentaram em 35%. E também no mesmo período a população que trabalhava no meio rural diminuiu de 16,5 milhões em 2006 para 15,0 milhões em 2017.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, divulgados pelo IBGE (2019), a população ocupada nos estabelecimentos agrícolas no Brasil caiu em 8,8%, em relação ao censo de 2006. A agricultura familiar se reduziu em 2,166 milhões de pessoas, já nos demais estabelecimentos não caracterizados enquanto agricultura familiar houve um aumento de 702,9 mil trabalhadores, dados esses que condizem com a diminuição de estabelecimentos da agricultura familiar e aumento dos demais tipos de estabelecimentos. E dentro da agricultura familiar trabalhavam 10,1 milhões de pessoas, que correspondiam a 67% da mão de obra. Outro dado importante é de que a média de ocupados por estabelecimentos também decaiu de 3,2 pessoas para 3,0, indicando a continuidade do processo de êxodo do campo.

IBGE (2019) afirma que houve um aumento expressivo no número de máquinas agrícolas 49,9% e um crescimento em 143% na contratação de mão de obra de fora dos estabelecimentos agrícolas. Além de dados que apontam a uma ostensiva concentração de terras no Brasil.

Considerando o levantamento de Silva e Lorenzo (2020), há no Brasil uma grande quantidade de terras improdutivas, que não cumprem com a função social, cerca de 2/3 das

terras da nação, correspondendo a 143,8 milhões de hectares. Além de que 34,2%, cerca de 291,2 milhões de hectares no território nacional, são terras devolutas, com situação fundiária imprecisa.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dentre as pessoas ocupadas na agricultura familiar, 26% dos produtores desses estabelecimentos possuíam 65 anos ou mais. Enquanto por outro lado à faixa de menores de 25 anos corresponde a (1,95%) e da faixa de 25 a 35 anos corresponde a (8,72%), que são percentuais baixos em relação ao total. Na faixa de 35 a 45 anos o percentual dobra de tamanho, (16,64%) mas ainda reduzido em relação ao total. Já nas faixas de 45 a 55 anos (23,05%) e de 55 a 65 anos (24,18%) percebe-se um maior número de pessoas. Há como demonstrado pelas faixas etárias, um número menor de pessoas na agricultura familiar em faixas etárias menores.

Classes de idade	Total		Percentual por classe (%)	
	2006	2017	2006	2017
Menor de 25 anos	170 583	100 357	3,3	2,0
De 25 anos a menos de 35 anos	701 727	469 068	13,6	9,3
De 35 anos a menos de 45 anos	1 135 153	904 143	21,9	17,9
De 45 anos a menos de 55 anos	1 208 120	1 224 488	23,3	24,2
De 55 anos a menos de 65 anos	1 053 352	1 186 702	20,4	23,5
De 65 anos e mais	906 701	1 171 767	17,5	23,2

Tabela 2 - Idade produtor - Brasil - 2006/2017.
Fonte: IBGE (2019).

Observa-se que ocorreu um decréscimo e esvaziamento de jovens do campo de forma constante ao longo do período de 2006 a 2017, assim consequentemente há um aumento de pessoas de faixas etárias mais elevadas. Como apontado por Abramovay e Camarano (1999), há um processo constante ao longo dos anos tanto de envelhecimento como de masculinização do campo. Abramovay e Camarano (1999, p. 21) nos trazem dados acerca da juventude rural durante algumas décadas do século XX:

[...] Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, segundo IBGE (2019), no ano de 2017 em relação a 2006 houve um pequeno aumento no número de mulheres na condição de produtoras, são elas em 2017 18,7%, enquanto eles correspondem a 81,3%, já em 2006 eram 12,7% de mulheres produtoras. Na agricultura familiar esses números correspondem a 13,7% em 2006 frente a 19,7% em 2017, apesar do processo de concentração

de terras. E são ainda as mulheres produtoras, que possuem propriedades com as menores áreas, tanto dentre a agricultura familiar como nas demais propriedades e são elas que têm menor acesso a máquinas, equipamentos, assistência técnica, crédito e água. Mas como observado anteriormente, ocorre ainda uma forte migração das jovens rurais. Hora, Nobre e Butto (2021, p.25) indicam a dificuldade de análise dos dados estatísticos por gênero e constataam uma maior presença de mulheres produtoras:

[...] sugere ou certa feminização do campo, com variações regionais importantes, mudanças nas dinâmicas familiares, ou melhor capacidade do Censo de captar a presença e contribuição das mulheres à agricultura. Esta última hipótese é evidenciada no levantamento da categoria codireção e, neste caso, de informação dos cônjuges, já tirou da invisibilidade outras mais de 871 mil produtoras que se encontram nesta condição. [...]

[...] A produção realizada pelas mulheres, muitas vezes considerada como miudezas, se caracteriza por uma diversidade de itens (alimentos, plantas medicinais, mudas, sementes, artesanatos), que pode ser perder no registro censitário. A pluriatividade de suas famílias recobre maiores e menores investimentos de tempo e recursos na agricultura conforme o contexto. [...]

E ainda durante o período da COVID-19, as autoras sugerem um aumento da produção de alimentos agroecológicos realizado pelas mulheres. É importante conhecer melhor quem são esses produtores e de que forma se organizam essas propriedades. A Tabela 3 ilustra esse perfil. A grande maioria das propriedades rurais no país é dirigida por pessoas do sexo masculino 4.110.450 em relação a somente 946.075 mulheres.

Também o Censo Agropecuário de 2017, tabulou dados sobre a direção da propriedade compartilhada pelo cônjuge, e destes mais 817.019 mulheres que participam da direção do estabelecimento de forma compartilhada com o cônjuge. É possível visualizar a relação idade e sexo do produtor que dirige os estabelecimentos na figura abaixo. O percentual de mulheres (19%) que dirigem estabelecimentos agrícolas varia pouco em relação à idade, mas é profundamente distante do percentual masculino (81%), mas o que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, corresponde a um aumento, já que em 2006 o número de mulheres correspondia a 13%.

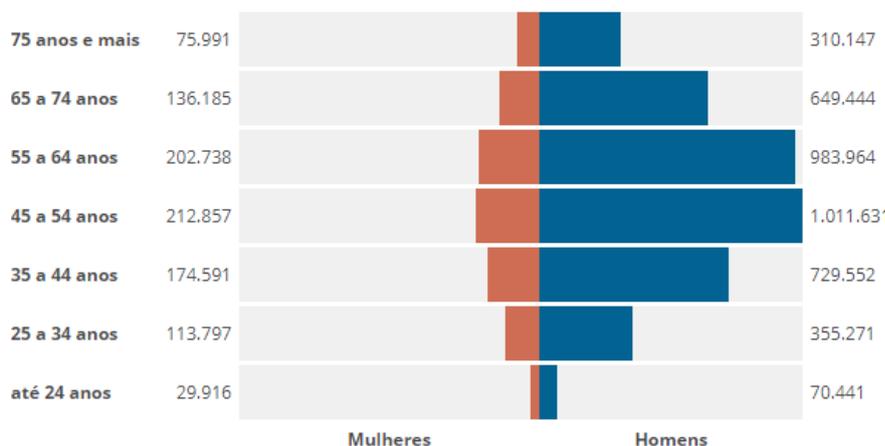


Figura 1- Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor.
Fonte: IBGE (2019).

Também vemos que a maioria dos proprietários e dirigentes das propriedades são homens brancos, seguidos logo atrás por homens pardos, depois pretos, indígenas e amarelos. Já em relação às mulheres dirigentes de propriedades segundo sua cor ou raça, a maioria é parda 476.340, seguida por 345.575 de cor branca, em seguida preta, indígena e amarela. De forma geral a distribuição por cor corresponde a brancos 45%; pretos 8%; amarelos 1%; pardos 44% e indígenas 1%.

Sexo do produtor	Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por cor ou raça					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total	5 056 525	2 297 013	423 408	31 108	2 248 549	56 447
Homem	4 110 450	1 951 438	319 380	25 593	1 772 209	41 830
Mulher	946 075	345 575	104 028	5 515	476 340	14 617

Tabela 3 - Estabelecimentos dirigidos segundo sexo, cor ou raça.
Fonte: IBGE (2019).

Percebe-se através do perfil dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, uma forte estruturação da sociedade brasileira nas desigualdades de raça e gênero. Onde, segundo dados do IBGE (2017), mais da metade da população brasileira é constituída de pessoas negras e pardas, são 8,2% autodeclaradas negras e 46,7% pardas. Mas é ainda essa população, a que possui menores índices na direção de estabelecimentos agrícolas em relação à parcela da população branca. A respeito do sexo, cabe a elas os menores percentuais no acesso, chefia e direção da propriedade de terra, o que é reflexo também do machismo estrutural. E é o machismo uma das justificativas ao êxodo rural maior de jovens mulheres em relação aos jovens do sexo masculino, ponto que será aprofundado ao longo do trabalho.

Ainda, segundo Santos (2017, p. 601), “[...] nota-se também crescimento, no nível Brasil, do percentual daqueles que se declaravam pretos e pardos no campo: em 2004, 4,6% dos jovens residentes nessas áreas afirmaram ser pretos e 58,5% pardos; já em 2014, esses valores se elevaram para 7,0% e 60,6%, respectivamente [...]”.

Em relação ao valor econômico total gerado pela agricultura no Brasil, segundo Censo Agropecuário 2017, 23% corresponde à parcela das propriedades consideradas de agricultura familiar. Já em Santa Catarina esse percentual é muito maior, corresponde a 50,68% do valor total da produção. No estado de Santa Catarina, há uma forte predominância da agricultura familiar, o que é também demonstrado pelo valor econômico da agricultura familiar gerado em relação à média nacional.

Já em relação ao nível de instrução, de escolarização formal, percebe-se que a situação se mantém precária ao longo do tempo, segundo Censo Agropecuário de 2017. Do total de agricultores no Brasil, 15% nunca frequentou uma escola. Outros 14% frequentaram até a alfabetização. 43% estudaram até no máximo o nível fundamental, deste último grupo 66% declarou não ter concluído o ensino fundamental. Ainda 23% dos produtores declararam não saber ler e escrever. Abaixo na tabela, podemos visualizar a quantidade de produtores em cada nível de instrução.

Nível de instrução	Quantidade
Escolaridade do produtor	
Nunca frequentou escola	783 925
Classe de alfabetização - CA	639 800
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	77 209
Antigo primário (elementar)	1 205 898
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	302 936
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	970 673
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	19 768
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	26 253
Regular de ensino médio ou 2º grau	643 454
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	76 472
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	12 342
Superior - graduação	283 209
Mestrado ou doutorado	14 586
Conclusão do curso	
Sim	1 958 702
Não	2 313 898
Sabe ler e escrever	
Sim	3 891 815
Não	1 164 710

Tabela 4- Nível de instrução do produtor brasileiro 2017.
Fonte: IBGE (2019).

Os produtores, agricultores brasileiros possuem nível de instrução muito baixo. Somente em relação aos que não sabem ler e escrever são 1.164.710, cerca de 23% dos produtores, em relação aos que sabem 3.891.815, em torno de 77%. Portanto $\frac{1}{4}$ dos produtores brasileiros até 2017 não sabiam ler e escrever.

Pesquisas como a de Linhart (2002), constataam que um dos argumentos apresentados pelo migrante das fazendas para os centros urbanos era o de que não havia escola para as crianças, portanto, não consideravam essa saída da grande fazenda como uma expulsão, uma desagregação do até então agregado da fazenda. A educação se apresenta como uma justificativa à migração. A educação possui um reconhecimento social e é um direito social que busca ser acessado pelas massas de migrantes do campo.

A concentração fundiária está atrelada ao processo migratório, causa do êxodo e pobreza rural, além de se apresentar também como a base dos conflitos e da violência no campo, segundo Silva e Lorenzo (2020). Os conflitos fundiários são grandes em áreas improdutivas e devolutas e são constantes na realidade do campo brasileiro. De acordo com CPT (2021) foram:

[...] 1.576 ocorrências de conflitos por terra em 2020 no Brasil, o maior número registrado desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6% a 2018. Esses conflitos envolveram 171.625 famílias. Os dados são ainda mais assustadores quando analisados apenas os números referentes aos povos indígenas no Brasil nesse tipo de conflito: 656 ocorrências (41,6% do total), com 96.931 famílias (56,5%).

Apontavam Silva e Lorenzo (2020), que a partir de 2015 houve um crescimento de ocorrências de conflito por terra, esta violência social viria contrária à ocupação e posse de camponeses com pouca terra, sem-terra, quilombolas e indígenas, populações que historicamente são submetidas a expulsões, despejos, destruição de bens e ações de pistoleiros. Em 2020, houve um crescimento alarmante da violência e conflitos no campo, como já exposto segundo CPT (2021), e são em grande parte relacionados a povos tradicionais como os indígenas. No próximo tópico são aprofundadas as características do rural catarinense.

3.1- SANTA CATARINA E O RURAL

Analisando o rural catarinense é possível visualizar que a questão agrária não se distingue muito do cenário nacional, apesar de suas especificidades. Garcia (1979, p. 158) afirma que “no início do século XX, o espaço físico e o poder social estão concentrados pelos detentores de grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais [...]”. Seriam esses para Garcia (1979, p. 158),

movimentos da plantation [que] controlam a apropriação do espaço físico: só há desenvolvimento de campesinato em áreas periféricas ou marginais à “grande lavoura [...] [ou] destinadas a fluxos de imigrantes europeus, atraídos por políticas que tinham tanto finalidades econômicas quanto o objetivo de promover o “branqueamento” da população, como se observa no Vale do Itajaí em Santa Catarina.

Santa Catarina, espaço do universo empírico da pesquisa, recebeu um grande número de imigrantes europeus, que vieram atraídos pela política do governo brasileiro de branqueamento da população. E é como pontuado por Garcia (1979), um território constituído em maior parte de pequenas propriedades rurais do campesinato, em que a agricultura predominante é a agricultura familiar. A agricultura familiar e camponesa se caracteriza principalmente como uma força de trabalho dos membros da própria família, diferindo da força de trabalho dos grandes latifúndios que é realizada principalmente por trabalhadores assalariados e/ou trabalhadores aos quais era/é permitida a morada na propriedade em troca de trabalho. Essas relações de trabalho e vida se distinguem em muito da agricultura familiar e camponesa.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos estabelecimentos rurais, 173.852 em torno de 95%, se caracteriza enquanto agricultura familiar em Santa Catarina, de acordo com as definições da Organização das Nações Unidas - FAO e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Na tabela abaixo é possível ver com maior detalhe a divisão dos estabelecimentos agrícolas entre patronal 1, 2 e 3, agricultura familiar FAO/INCRA, instituição de utilidade pública e governo.

Variáveis selecionadas	Total de estabelecimentos	Área total (ha)
Total	183.066	6.448.785
Tipo de agricultor		
Patronal 1	1.328	988.658
Patronal 2	5.922	1.031.707

Patronal 3	1.259	738.806
Agricultura familiar FAO/INCRA	173.852	3.619.508
Instituição de utilidade Pública	25	1.102
Governo	39	8.499
Não identificado	641	60.506

Tabela 5- Tipos de estabelecimentos rurais em Santa Catarina 2017.
Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Segundo os dados presentes na Tabela 5, percebe-se que a concentração fundiária de Santa Catarina se distingue do cenário brasileiro, mas há também o processo de concentração fundiária. A agricultura familiar no estado corresponde a 95% dos estabelecimentos, com uma área territorial equivalente a 56%, já os estabelecimentos patronais não correspondem a 5% dos estabelecimentos e detém quase 43% da área total.

Dentro do cenário da agricultura familiar em Santa Catarina, de acordo com Censo Agropecuário 2017, a condição do produtor em relação a terra é majoritariamente de proprietários (as) com o total de um pouco menos de 90% dos estabelecimentos, com uma área de cerca de quase 93%, seguidos por comandatários (as) quase 3% dos estabelecimentos e área menor de 2%, arrendatários (as) também equivalem a quase 3% e com área de menos de 3%, concessionários (as) ou assentados (as) aguardando a titulação definitiva são 2,5% dos estabelecimentos com uma área de apenas pouco mais de 1%, parceiros (as) pouco mais de 1% dos estabelecimentos e da área e por fim ocupantes menos de 1% dos estabelecimentos e da área total. A categoria agricultura familiar abrange uma diversidade de produtores, alguns que possuem uma produção mercantil e outros uma produção voltada à subsistência. Abaixo são apresentados os dados da condição do produtor da agricultura familiar em relação à terra de forma mais detalhada.

Condição do produtor em relação a terra	Total de estabelecimentos	Área total (ha)
Total: Agricultura familiar FAO/INCRA	173.852	3.619.508
Proprietário (a)	155.815	3.358.962
Concessionário(a) ou	4.322	53.115

assentado(a) aguardando titulação definitiva		
Arrendatário (a)	4.898	92.496
Comandatário(a)	4.983	60.463
Parceiro (a)	2.622	44.569
Ocupante	742	9.904

Tabela 6- Condição do produtor em relação à terra em Santa Catarina 2017.
Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

A relação de proprietários de terra em Santa Catarina é maior que a média nacional de 81% dos estabelecimentos, chegando a quase 90% e destas a grande massa das áreas e estabelecimentos são da agricultura familiar. Em relação à parcela da população ocupada em Santa Catarina na agricultura familiar, é em sua maioria advindos da própria família e dentro deste universo, poucos são os jovens presentes, podendo se visualizar um processo de envelhecimento do campo.

Produtores familiares ocupados		Trabalhadore s permanentes	Trabalhadore s temporários	Trabalhadore s parceiros	Total: Agricultura familiar FAO/INCRA
Total	Menores de 14 anos				
393.200	12.676	10.004	35.138	2.946	441.288

Tabela 7- Relação dos ocupados na agricultura familiar em Santa Catarina 2017.
Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos da agricultura familiar, há uma concentração maior de propriedades entre 5 a menos de 20 hectares, seguida pela faixa de 20 a menos de 50 hectares, e seguido após pela faixa de menos de 5 hectares, depois de 50 a menos de 100 hectares e por fim de 100 a mais hectares. Na tabela abaixo é possível visualizar de forma mais detalhada a relação dos estabelecimentos da agricultura familiar com o tamanho por hectares.

Estabelecimentos da agricultura familiar por tamanho de hectares		
	Estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 5 (ha)	34.114	87.335
De 5 a menos de 20 (ha)	82.303	931.992

De 20 a menos de 50 (ha)	42.340	1.264.081
De 50 a menos de 100 (ha)	10.349	686.952
De 100 e mais (ha)	4.276	649.149
Total	173.852	3.619.508

Tabela 8- Área dos estabelecimentos da agricultura familiar em Santa Catarina 2017.

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Refletindo, há segundo Mulinari (2019, p. 64) “[...] a manutenção do avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural, consolidando na última década mudanças estruturais que já estavam em curso na agricultura catarinense desde a década de 60 e 70.”. Ainda de acordo com Mulinari (2019, p. 64),

A análise comparativa realizada pela Epagri/CEPA aponta claramente para o avanço da concentração da terra, a redução dos plantios tradicionais, a diminuição das agroindústrias familiares, a modernização e o ganho de produtividade associados ao monocultivo de alguns poucos produtos, a redução da força de trabalho envolvida com a atividade rural e a ampliação da relevância das rendas auxiliares para a sustentação dos pequenos agricultores familiares (seja o salário em atividades urbanas ou a renda advinda da previdência social).

Portanto, o processo de modernização promovida pela “Revolução Verde” teve alguns impactos diferentes em Santa Catarina, principalmente pela agricultura não ter se desenvolvido com base principal nos grandes latifúndios. A agricultura catarinense, para Mulinari (2019), se constituiu a partir da produção de gêneros alimentícios para o meio urbano e para o mercado interno nacional, e em culturas tradicionais trazidas pelos imigrantes colonizadores do Sul do país.

Segundo Mulinari (2019), a agricultura brasileira teve como base a concentração da terra, do trabalho escravo e da constituição de um modelo de monocultura agroexportadora. Em oposição ao latifúndio agroexportador, surge uma economia de subsistência. Já em Santa Catarina, Mulinari (2019, p. 65) “[...] após a metade do século XVIII, após um longo período de disputa entre Portugal e Espanha por sua posse, o território meridional brasileiro será integrado economicamente ao modelo colonial constituído desde muito cedo no restante do país [...]”. Assim, Portugal visou instalar nessa região atividades econômicas regulares e integradas à colônia.

Retomando a atualidade, ainda para Mulinari (2019, p. 73 - 74) “[...] em 1985 o estado atingiu o auge em número de estabelecimentos (234.973), a queda foi permanente nas décadas seguintes, atingindo o patamar de 183.065 estabelecimentos em 2017 após os

193.663 em 2006”. Ao mesmo tempo em que houve uma ampliação da concentração de terra, a média das propriedades que em 2006 era de 31,2 hectares passa em 2017 a 35,2 hectares. Em 1980 o estado atingia o auge de ocupação de terra pela agricultura com 7,473 milhões e em 2017 a ocupação de terra atinge 6,446 milhões de hectares. Em resumo, Mulinari (2019, p.77),

A consolidação e o aprofundamento da subordinação da propriedade rural catarinense aos complexos agroindustriais é a faceta estadual da modernização conservadora da agropecuária brasileira. Se a especificidade histórica do nosso estado, em comparação com a maior parte do país, era a preponderância da pequena propriedade da terra e o atendimento dos mercados consumidores internos, as últimas três décadas tem aproximado Santa Catarina do sentido original da colonização brasileira: a concentração da propriedade e a vinculação com os mercados externos.

Há, portanto, um processo de expulsão da população do campo para as cidades e um esvaziamento do campo, com uma concentração cada vez maior das terras. Na década de 90 era predominante um forte êxodo rural, para Abramovay e Camarano (1999), na região Sul do país, apesar do declínio ocorrido nos anos 90. Mas que no todo do país, continuavam quase as mesmas taxas de migração. Para Abramovay e Camarano (1999), a migração da população feminina era do grupo etário de 30 a 39 anos nos anos 50 e passou para 15 a 19 anos na primeira metade dos anos 90. Portanto, a migração das jovens rurais ocorre em idade cada vez menor, assim como nas taxas gerais de migração do meio rural, cuja predominância é de 20 anos. Foi nos anos 70, segundo os autores, que na região Sul do país 45,5% da população rural saiu do campo, correspondendo a 29% de todos os migrantes rurais do país.

São a partir das reflexões acerca da estrutura fundiária e agrária brasileira que será aprofundado os debates sobre a juventude no meio rural, em específico das jovens, os projetos de vida, trajetórias e possibilidades de futuro que parecem em um primeiro momento se dividir entre a migração e a sucessão.

4 - JOVENS RURAIS E AS POSSIBILIDADES DE FUTURO

Ao refletir sobre a juventude é preciso compreender seus significados. Segundo Métaillé (1978) em entrevista a Bourdieu, se discute sobre o conceito de juventude, no qual Bourdieu afirma que as divisões entre as idades são arbitrárias. Além de que, as separações entre juventude e velhice são objeto de disputa em diversas sociedades e estabelecem uma ordem social, em que cada um deve se manter em seu lugar. Portanto, as definições sobre juventude são passíveis de manipulação, por exemplo, somos sempre velhos ou novos em relação a alguém. Assim, é preciso relacionar a idade social e biológica, que são manipuláveis ao falar dos jovens enquanto unidade social constituídos de interesses em comum, vinculados à determinada idade biológica. E também o conceito de juventude não é uno dentro de cada classe social.

Ainda Bourdieu ao ser entrevistado por Métaillé (1978), afirma que a criação da escola enquanto uma instituição social e com a democratização do seu acesso, alterou a caracterização da juventude de formas diferentes em cada classe social. Enquanto para a classe popular a escola pode não representar um local que vale a pena permanecer, pois é mais rentável deixar a escola e ingressar no mundo do trabalho. O mundo do trabalho é interpretado, por esses jovens, como o mundo adulto, que possui valor econômico, uma via para geração de renda. Esse processo traz consequências como a evasão escolar, muito frequente, por exemplo, entre jovens rurais. Para a classe social mais abastada ou a parcelas menores dentro de uma mesma classe, pode ocorrer justamente o oposto, a escola enquanto um lugar valorizado para a obtenção do diploma escolar e de um trabalho mais rentável.

É importante, portanto, analisar as diferenças entre as juventudes, ou melhor, caracterizar de que juventude se trata este estudo, a juventude rural, mais em específico a jovem rural. A juventude rural é também heterogênea. E algumas de suas distinções intrínsecas são a de gênero e também de geração. Jovens do sexo masculino e do feminino se distinguem em suas trajetórias de reprodução social familiar rural, sendo esperado e incentivado a cada grupo um tipo de trajetória social. Caracterizando, o grupo de jovens do estudo de campo, este se encontra entre a transição da adolescência/juventude e vida adulta, período em que há ainda alguma subordinação à autoridade paterna, mas em via de obter

autonomia. É assim um momento de tomada de decisões profissionais e sociais em que se busca um retorno do investimento educacional.

Em relação ao contexto social que as jovens rurais estão inseridas, se caracteriza enquanto um lugar conflitante. Coradini (2011) argumenta que o modo de reprodução da agricultura familiar depende das novas gerações e são elas as protagonistas no embate com a ordem social estabelecida. Neste contexto, há hoje uma relação forte de proximidade entre o rural e o urbano, pelas tecnologias e meios de comunicação; e uma intensa migração da juventude, principalmente das jovens rurais, como indicado por Abramovay e Camarano (1999). Ainda, para Coradini (2011), a (o) jovem rural expressa os conflitos e tensões do seu modo de vida negando ou reafirmando a tradição cultural transmitida pelo processo de socialização. Em resumo, o futuro da agricultura familiar está atrelado à visão das e dos jovens sobre seu próprio futuro e das representações e avaliações que elaboram do universo rural e urbano, e do trabalho agrícola e não agrícola, pois o modo de produção familiar não atende apenas as necessidades do grupo doméstico, mas visa atender também à reprodução das gerações futuras.

É ressaltado, por Coradini (2011), que a (o) jovem rural hoje em sua maioria é conectada (o) a rede mundial de computadores e a internet, e em consequência a rede de comunicação de massa. As redes sociais aproximam indivíduos que eram distanciados por questões geográficas inerentes das características próprias do espaço rural e do trabalho agrícola. Atualmente, há uma maior interação entre os produtos culturais do urbano e do rural. Segundo IBGE (2019), o número de produtores com acesso à internet cresceu 1.900%, passando de 75 mil, em 2006, para 1.430.156 em 2017, e dentro deste percentual, são 659 mil através de banda larga e 909 mil, via internet móvel, dados extraídos do Censo Agropecuário de 2017. Mas essa mesma aproximação não se pode dizer dos sistemas de saúde, lazer e também educacionais que geralmente se encontram nos centros urbanos. Em síntese, as jovens estão muito mais conectadas as informações e possibilidades que a rede mundial de computadores possibilita.

É importante destacar que o meio rural, assim como a sociedade como um todo, é perpassado por uma série de relações de opressão, entre elas a proveniente das relações desiguais de gênero. Assim, como sinalizado por Carneiro (2001); Coradini (2011); Brumer e Anjos (2008) traz uma série de implicações às jovens rurais na vida e trajetória destas e na sua relação com a sucessão e a migração, o que é aprofundado adiante.

4.1- JOVENS RURAIS SUCESSORAS OU MIGRANTES?

Antes de adentrar mais sobre a juventude rural, é importante caracterizar um pouco mais sobre a agricultura familiar no Sul do Brasil. Carneiro (2001) situa a condição da política de colonização e como com ela ocorre a produção de alimentos voltados ao mercado interno, que se sustenta pela pequena propriedade e o trabalho livre familiar, em grande parte, de homens e mulheres brancos. Assim esse tipo de campesinato se caracterizou principalmente na produção para o consumo próprio, mas com as mudanças no modelo de agricultura, e o início da produção de mercadorias houve uma grande articulação com o mercado. Principalmente nas décadas de 60 e 70, segundo Carneiro (2001) e Coradini (2011), ocorre o processo de modernização tecnológica, visando uma racionalização da produção, o que liberou parte da força de trabalho da agricultura familiar e conseqüentemente ocorre uma transformação estrutural muito rápida, de uma sociedade agrária para industrial, reordenando o espaço de ocupação do país. E na mesma época, se dá a consolidação da pequena propriedade, o que acelerou a inserção dos agricultores na sociedade de consumo.

Dentro deste contexto, aponta Carneiro (2001), que as estratégias de reprodução social e as práticas de transmissão do patrimônio, se alteram. Até 1960 a terra era o principal meio de sobrevivência, o que fazia com que as famílias buscassem ampliar o patrimônio e proporcionar a instalação de todos os filhos homens em unidades de produção.

Outro elemento apontado por Carneiro (2001) é o significado do trabalho, que pode ser considerado como um *ethos* do migrante. O trabalho é muito valorizado como uma base de ascensão e valorização do homem. Carneiro (2001, p. 27 - 28) reforça que:

[...] O trabalho, por exemplo, que constitui a categoria cultural central no universo das primeiras gerações de colonos, também adquire uma nova significação; deixa de ser a expressão de um valor moral, e passa a ser encarado como tão-somente um meio de realização pessoal. Naturalmente, o sistema de transmissão da herança não está imune a esta nova dinâmica. Durante três gerações, a reprodução social destas famílias de origem italiana se baseava num sistema que produzia herdeiros e deserdados; atualmente, as contradições entre o peso do “valor família” (um coletivo que se impõe aos interesses particulares dos seus membros) e o indivíduo (um valor da sociedade moderna, foco da realização pessoal) constituem uma ameaça para a reprodução do antigo sistema colonial.

E na reprodução social, um dos bens centrais no processo de herança é a terra, portanto, é importante compreender a sua representação e valor ao camponês. Para Carneiro (2001), havia no início do processo de colonização do Sul do Brasil a possibilidade de

fronteiras agrícolas de expansão, as quais eram um meio de reprodução das famílias rurais, e por outro lado, a força de trabalho excedente era incorporada no crescimento industrial. Dentro desta sociedade, se organizavam terras para a exploração agrícola familiar e também terras adquiridas com o desenvolvimento familiar. A terra, para essa população, tem significados que transcendem o valor econômico, mas nem sempre tem o mesmo significado para os diferentes tipos de proprietários. Carneiro (2001, p. 34) ressalta que “[...] o direito à herança da terra era dado àquele que nela trabalhasse. Assim, ficavam excluídos, por princípio, todas as filhas e os filhos homens que saíssem da “colônia” para estudar na cidade”. A herança, a sucessão e a reprodução social familiar, estavam ligadas ao trabalho na terra da família.

Com a entrada do modelo da “Revolução Verde” foi posto em xeque esse modelo de reprodução social do campesinato. É importante compreender que a agricultura familiar, segundo Coradini (2011), se configura de forma distinta das empresas capitalistas em que o modo de produção, o trabalho e o trabalhador se encontram dissociáveis. Para Brumer e Anjos (2008, p. 07) “[...] em comparação com o empresário capitalista, o produtor familiar (ou ainda, o “camponês”) não pode dispor de sua força de trabalho (esposa, filhos e pais idosos) segundo as regras do mercado”. Portanto, como indicado por Coradini (2011), a família rural detém seu próprio trabalho e processo produtivo, não há uma divisão do trabalho segmentada, mas há diferentes níveis de responsabilidade e importância do trabalho de cada membro da família (hierarquia do trabalho de acordo com o membro que o exerce). Essencialmente, o objetivo da agricultura familiar é a satisfação das necessidades imediatas da família e das gerações futuras, a reprodução desta e do patrimônio familiar e/ou dos meios de produção.

E para atingir esses objetivos, de acordo com Coradini (2011) e também Brumer e Anjos (2008), a organização da agricultura familiar, se distingue por ciclos de reprodução de curtos prazos (recursos necessários à manutenção dos processos produtivos, cotidianos) e ciclos de reprodução de longo prazo, geracionais (preservação e valorização da propriedade e do meio ambiente, que são possibilidades de uso das próximas gerações; e a perpetuação da unidade familiar por estratégias de casamento e herança).

Para Brumer e Anjos (2008) as estratégias de reprodução dizem respeito às questões econômicas dos processos de sucessão, como tamanho da propriedade e inserção no mercado de produção agrícola. Brumer e Anjos (2008, p. 10) “[...] tais possibilidades dão origem a várias estratégias econômicas, como a ‘integração’ a agroindústrias, a ‘pluriatividade’, a

busca de sistemas de produção alternativos e o comércio direto em feiras, aliado ou não à produção ‘ecológica’”.

Historicamente no campo, segundo Carneiro (2001, p. 32) “[...] estruturavam-se neste espaço as relações sociais de produção e de reprodução que orientavam as trajetórias de cada um dos membros do grupo doméstico”. Assim, segundo Carneiro (2001, p. 32):

nas duas primeiras gerações das famílias de colonos, a sucessão e a herança da colônia cabiam normalmente ao filho mais velho. A escolha do sucessor era legitimada e publicitada à comunidade por ocasião do seu casamento. O padrão de família extensa, chegando a agregar até quatro gerações, era coerente com o sistema de reprodução social sustentado exclusivamente na exploração agrícola e na pouca mecanização. Conhecida como “família tronco,” esse tipo de organização familiar se caracterizava pela residência patrilocal de um dos filhos e da sua prole, pela residência neolocal dos demais, e pela herança indivisível, na tradição européia. Na região colonial italiana do sul do país, a regra era manter a integridade da exploração agrícola familiar, que deveria ser transmitida ao sucessor. Os demais filhos ou se instalavam em áreas vizinhas recém adquiridas ou seguiam carreira religiosa. Para que estas regras fossem respeitadas, a herança era normalmente transmitida em forma de doação antes da morte do pai.

Já na terceira geração, ainda de acordo com Carneiro (2001), houve uma mudança no padrão sucessório. Há a necessidade de comprar terras, buscando sustentar todos os filhos homens, que acabavam subordinados ao pai, mesmo após o seu casamento. Assim, o trabalho era feito em coletivo até que todos os herdeiros, que permanecessem na agricultura, no caso os homens, se instalassem em uma nova unidade familiar de produção. E a tendência, por ser um dos últimos a casar, era que o filho mais novo cuidasse dos pais na velhice, como forma de preservação da integridade e ampliação da unidade de produção e patrimônio familiar. Buscava-se instalar os homens e conseguir um dote para as filhas. Desta forma o pai se mantinha enquanto chefe de família, em que filhos e noras a ele se subordinavam, o que gerou conflitos inter-geracionais com a modernização e o interesse dos indivíduos dentro da estrutura familiar.

É importante ressaltar que, segundo Carneiro (2001, p. 33):

a terra atribuída a cada filho no momento do casamento era entendida como parte de sua herança (“adiantamento da legítima”) e só era legalizada no momento da partilha definitiva, realizada normalmente em vida pelo pai ao atingir idade próxima aos 60 anos. Havia casos em que o filho recebia com a terra a dívida de uma parte do seu valor, que deveria ser paga com o resultado da produção da sua lavoura. O sucessor normalmente recebe o título de propriedade em usufruto enquanto os pais são vivos.

A sua parte é sempre maior que a dos demais irmãos, uma forma de contrapartida dos gastos com a manutenção dos pais. Constava da maioria dos atos de transmissão de herança da época a cláusula de revogação do direito à terra caso o filho não cumprisse com este compromisso. Constava também a recusa formal das mulheres ao direito à herança da terra que o Código Civil Brasileiro (de 1916) lhes garantia.

As mulheres ao casarem, recebiam como herança, o enxoval de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, máquina de costura, etc. Segundo Carneiro (2001), o recebimento do enxoval ou parte em dinheiro dependia dos recursos disponíveis pela família. Na época, as mulheres tinham como opções de trajetória: o casamento, a vida religiosa ou o celibato civil. No casamento a mulher passa a ingressar na família do marido e tinha de obedecer às regras da residência dos sogros, até terem sua própria terra e sua nova casa. A mulher casada não tinha mais direito a terra dos pais, e passava a ficar reclusa no espaço doméstico. Um dos argumentos para que a mulher não recebesse terras, era o de manter a integridade do patrimônio familiar, pois caso recebesse a terra, ela seria integrada ao patrimônio da família do marido, pois o homem é visto como o proprietário da terra. Assim, se espera socialmente que elas abram mão da herança em cartório no momento da partilha definitiva dos bens para se evitar conflitos futuros ou ameaça à propriedade dos irmãos. Raramente a mulher recebe a terra da família, quando ou permanecem solteiras ou quando não têm irmãos, de acordo com Brumer e Anjos (2008). Ainda para Brumer e Anjos (2008, p. 09) “[...] [as] estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos”, em que supõem a exclusão feminina da herança e da sucessão, seguindo a argumentação de que as mulheres não trabalham na propriedade.

A mulher, geralmente, somente se torna agricultora ao se casar com um agricultor. Portanto, seguir na profissão de agricultora está atrelado ao casamento, em que acaba ou subordinada ao marido, ou a não se casar e estar subordinada ao irmão e/ou aos pais. E dentro deste cenário, a jovem mulher, encontra o desafio de não ter o seu trabalho, na horta, na casa e na roça, reconhecido enquanto trabalho e sim como ajuda, desqualificando a sua importância. E muitas vezes a subalternidade feminina, é incorporada pelas próprias mulheres ao reproduzirem os discursos masculinos. O trabalho, segundo Paulilo (2016) é considerado um trabalho leve dependendo de quem o realiza, se for realizado pela mulher ou por crianças é um trabalho leve, e quando envolve remuneração, também é esse grupo que menos recebe. O que é considerado como trabalho leve ou pesado nas diversas regiões do país, não depende do tipo de trabalho, mas sim de quem o exerce. Mulheres e crianças o trabalho “leve”, homens o

trabalho “pesado”. Para compreender melhor esse processo, se faz importante retomar alguns pontos do que Bourdieu (2012) denominou a dominação masculina.

Bourdieu (2012) analisa a dominação masculina como resultante do processo de transformação da história em natureza, em que algo que é arbitrário culturalmente passa a ser encarado como algo natural. Coletivamente e historicamente ocorre um processo de socialização do biológico e de biologização do social que produz corpos e mentes que são vistos como naturais, e que são incorporados como um *habitus*. Há forças materiais e simbólicas sobre os sexos que estão tanto nas unidades domésticas como em instancias sociais como o Estado e a escola, que permeiam espaços públicos e privados, e estão entrelaçados às diversas esferas da vida.

Seguindo a argumentação teórica de Bourdieu (2012), a dominação é algo que acaba por ser incorporada, em que os gêneros são construídos como duas essências sociais hierarquizadas. A organização simbólica da divisão social do trabalho se dá por uma constituição arbitrária do biológico, dos corpos masculino e feminino e uma aparente visão natural sobre o biológico. Assim na divisão do trabalho, são distribuídas tarefas a cada um dos sexos, para os homens o público, para as mulheres o privado, com a inculcação de oposições entre masculino e feminino. Essa representação realiza uma transformação profunda e duradoura nos corpos, que impõem um diferencial, operações de diferenciação, no uso corporal e limites sobre o uso do corpo, que pode ser atribuído ao outro gênero. Os gêneros são construídos teoricamente e praticamente, produzindo um corpo socialmente diferenciado, através de um trabalho de inculcação e de incorporação, que é produto de uma relação histórica de diferenciação.

Outro aspecto importante, ressaltado por Bourdieu (2012), é o mito da eternidade de um determinado tipo de feminino e masculino. Este processo leva a realmente eternizar a estrutura da dominação masculina como invariável e eterna, e as próprias estruturas de dominação que são na verdade históricas. As estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante de reprodução que contribui com determinados agentes sociais, como os homens, a igreja, a escola, o Estado, etc. Já o processo de violência simbólica ocorre por meio de adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, pois pensa a sua relação com os mesmo como instrumentos de conhecimento do dominante. Estes atos de conhecimento, na verdade são atos de reconhecimento de sua submissão.

Assim, para a perpetuação ou transformação das relações de dominação, há a dependência da perpetuação ou transformação das estruturas sociais, pois os *habitus* são inseparáveis das estruturas sociais. Bourdieu (2012, p. 57 -58) afirma que:

[...] (Reproduzir os agentes é (re)produzir as categorias (no duplo sentido, de esquemas de percepção e de avaliação e de grupos sociais) que organizam o mundo social, categorias não só de parentesco, evidentemente, mas também categorias mítico-rituais; (re)produzir o jogo e seus lances é (re)produzir as condições de acesso à reprodução social (e não apenas à sexualidade), garantida por uma troca agonística que visa a acumular estatutos genealógicos, nomes de linhagem ou de ancestrais, isto é, capital simbólico, e portanto, poderes e direitos duradouros sobre pessoas: os homens produzem signos e os trocam ativamente, como parceiros-adversários unidos por uma relação essencial de igualdade na honra, condição mesma de uma troca que pode produzir a desigualdade na honra, isto é, a dominação [...]. A dissimetria é, pois, radical entre o homem, sujeito, e a mulher, objeto de troca; entre o homem, responsável pela produção e reprodução e seu senhor, e a mulher, produto transformado desse trabalho.

Portanto, para Carneiro (2001), não são apenas bens materiais os transmitidos na reprodução social da agricultura familiar, mas também simbólicos que são passados de uma geração a outra. Em que, a mulher tem um papel fundamental, não só na produção ou no trabalho, mas também na reprodução como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores. Carneiro (2001, p. 22 - 23) pontua que:

É importante ter-se em mente que as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc. Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica. Nestes termos, não existe uma rigidez de regras nem uma diversidade descontextualizada. A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade.

É possível visualizar basicamente dois grupos de solução a questão da transmissão do patrimônio. De um lado, segundo Carneiro (2001), conduzindo a uma fragmentação do patrimônio familiar, em que provavelmente se dará a inviabilidade da manutenção da unidade de produção. Por outro lado, como indicado por Carneiro (2001) e Coradini (2011), busca-se

manter a integridade do patrimônio e evitar a fragmentação excessiva das propriedades através da herança.

Coradini (2011) argumenta que para a reprodução social da agricultura familiar ser possível, se tem recorrido a uma série de estratégias, entre elas: controle da natalidade, migração, exclusão de herdeiros legais, famílias que podem atingir a dimensão corporativa e mesmo fazer surgir às famílias-tronco. O casamento é outra estratégia, que como as demais são conflitivas, e que é empregado à resolução da questão da herança patrimonial e da reprodução social. Segundo Bourdieu (2012) na economia de bens simbólicos, para a perpetuação e permanência da dominação masculina, o casamento tem papel central, por exemplo, na obtenção de posição social. Para famílias burguesas o casamento é um meio de aumentar e conservar o capital simbólico. Ainda para a conservação do patrimônio, segundo Carneiro (2001, p.24),

[...] o pai, responsável pela manutenção do grupo familiar, recebe nominalmente um patrimônio, o direito à propriedade que não é entendido como individual. Ao contrário, a responsabilidade do pai é zelar por este patrimônio coletivo, cuidando de transmiti-lo às demais gerações. Esta propriedade, encarnada na figura do chefe da família, é o símbolo da unidade e da identidade familiar que deverá reproduzir-se no tempo através dos laços familiares e da partilha desigual. É importante registrar que, baseada embora na ideia da consanguinidade, regras consuetudinárias não reconhecem a todos os filhos os mesmos direitos.

Portanto, às mulheres não se é reconhecido, frequentemente, os mesmos direitos na família. A relação homem e mulher dentro da família camponesa são perpassadas por diversos fatores, por exemplo, segundo Bourdieu (2012, p. 59 - 60),

No ciclo da procriação, tanto quanto no ciclo agrário, a lógica mítico-ritual privilegia a intervenção masculina, sempre enfatizada, por ocasião do casamento ou do início dos trabalhos no campo, com ritos públicos, oficiais, coletivos, em detrimento dos períodos de gestação, tanto a da terra, durante o inverno, quanto a da mulher, que não dão margem mais que a atos rituais facultativos e quase furtivos: de um lado, uma intervenção descontínua e extraordinária no curso da vida, ação arriscada e perigosa de abertura, que é solenemente realizada — por vezes, como no caso do início das lavouras, publicamente, diante do grupo; do outro, uma espécie de processo natural e passivo de "enchimento", de que as mulheres são, não o agente, mas apenas o local, a ocasião, o suporte, ou melhor, que se localiza na mulher, como na terra, mas que não exige da mulher mais que práticas técnicas ou rituais de acompanhamento, atos destinados a ajudar a natureza em trabalho (como arrancar ervas, ou reuni-las em feixes, para alimento dos animais); com este fato, elas estão

duplamente condenadas a permanecer ignoradas, principalmente pelos homens: seus atos, familiares, contínuos, rotineiros, repetitivos e monótonos, "humildes e fáceis", [...], são em sua maior parte realizados fora de vista, na obscuridade da casa ou nos tempos mortos do ano agrário.

A dominação masculina concebe as mulheres como um objeto simbólico. Assim como, para Bourdieu (2012), a Escola, a Família e a Igreja, foram às instâncias principais para garantir a reprodução da dominação masculina, e da visão androcêntrica. Bourdieu (2012, p. 108) aponta que uma das mudanças essenciais na condição das mulheres foi “[...] o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas [...]” levou a uma transformação da posição das mulheres na divisão do trabalho. O que também impacta e impactou sem dúvida, as jovens rurais. Mas como afirmado pelo autor, às mudanças da condição feminina acabaram obedecendo à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. As mulheres continuam a terem destinos sociais para a ordem do privado, simbolicamente e materialmente isso se representa nas escolhas profissionais que se dão mais para cursos voltados à educação e à saúde, enquanto os homens continuam a ocupar trabalhos mais voltados ao público. E ocupando o mesmo cargo profissional, homens e mulheres, recebem salário distinto, como apontado por Paulilo (2016), entre outras autoras.

Já indicava Carneiro (2001), que ocorrem crises e mudanças nas relações intrafamiliares, como a desigualdade entre homens e mulheres, o que impacta também sobre o processo de sucessão e reprodução social. Historicamente o processo de herança se caracteriza enquanto dois momentos, a escolha do sucessor, o que dará continuidade com a exploração agrícola, a manutenção da família e também o processo da partilha dos bens, que estão associadas às realidades culturais e econômicas desses grupos. Como afirmado por Brumer e Anjos (2008, p. 11) “[...] a “sucessão” pode ser diferenciada da “herança”, já que em diferentes contextos a partilha da terra é uma possibilidade que não se realiza, sendo contornada pela substituição de outras formas de dotação do patrimônio [...]”.

A sucessão, para Coradini (2011), é a transferência do gerenciamento da unidade familiar pelos membros mais velhos às novas gerações; com a herança ocorre a transferência legal do patrimônio e a aposentadoria ou retirada dos pais e a conclusão do processo de transmissão das atividades de gestão. A transmissão do patrimônio, nas famílias com sucessores, frequentemente ocorre, de forma tardia, geralmente a um só filho homem, e com compensação aos demais com diversas formas de arranjos.

As jovens, segundo Coradini (2011), tendem a uma maior propensão para continuarem seus estudos e para ter uma atividade não agrícola, saindo do meio rural. Já os jovens do sexo masculino têm mais probabilidade de serem sucessores e investirem em atividades agrícolas familiares, comprarem terras ou estudo voltado ao trabalho rural. A questão de gênero permeia a fundo na reprodução social das trajetórias individuais e do coletivo, principalmente das jovens. Elas tomam as suas decisões baseadas nas experiências anteriores e avaliações que fazem sobre seu modo de vida no campo, frequentemente se veem em posição subalterna aos pais. As jovens avaliam as atividades dos pais no meio rural, e olham o pai como profissional da agricultura e a mãe em um papel de caráter subalterno.

A sucessão ou não de uma jovem na propriedade está imbricado também sobre as relações de trabalho, que segundo Coradini (2011), ocorrem por diferenciações sexuais e etárias, presentes nas estruturas das práticas do trabalho, que implicam consequências na incorporação das disposições necessárias a reprodução. A jovem pode, por exemplo, não ter sido socializada a todo o processo de trabalho necessário para assumir enquanto herdeira de uma propriedade rural, o que pode ser um empecilho para a sucessão das jovens.

Para ocorrer à sucessão, Coradini (2011); Stropasolas (2006); Brumer e Anjos (2008) afirmam haver um processo composto de diferentes fases, um deles é a socialização. A socialização das novas gerações nas atividades laborais dentro da unidade produtiva pela família, geralmente tem início na infância. Neste processo ocorre a transmissão dos saberes e habilidades necessárias para a juventude assumir gradativamente a gestão da propriedade. Na contemporaneidade a socialização é mais complexa, pois há também outros importantes elementos socializadores como: a escola, os grupos de pares, os meios de comunicação e a participação na vida comunitária. Para Brumer e Anjos (2008), muito dificilmente alguém se torna agricultor somente através de um aprendizado escolar.

Ainda segundo Brumer e Anjos (2008), neste processo de socialização profissional há uma diferença entre rapazes e moças. As moças geralmente são excluídas das atividades agrícolas principais, sendo atribuída a essas a atividade de “domésticas”. Nessas atividades estaria elencada a produção para o autoconsumo, como trabalhos da horta e do quintal, limpezas, preparo de alimentos, cuidado com as crianças, cuidado de pequenos animais e ordenha. Há uma exclusão simbólica da atividade produtiva “central”. Essa socialização das mulheres se dá, na maioria das vezes, devido a elas não serem consideradas enquanto possíveis sucessoras na propriedade rural.

Para Coradini (2011) através da família, sobretudo, se incorporaria o estilo de vida, os valores e a definição profissional, pois haveria uma escassa “concorrência” com outros agentes devido a um menor contato com o urbano. A socialização asseguraria o funcionamento social, através de uma “modelagem” das personalidades. Ainda segundo o autor, na socialização há a incorporação da disposição de classe, uma tendência à reprodução da posição social do seu grupo. Isto estaria relacionado ao conceito de *habitus* de Bourdieu, em que a cultura do grupo de origem, é incorporada a personalidade através do processo de socialização. Porém, a reprodução não significa não querer buscar um *status* superior e se manter na mesma posição, há uma busca por adaptação as novas realidades sociais.

Neste sentido há outros fatores, relacionados à qualidade de vida, que são decisivos para escolha, entre a sucessão ou não sucessão na propriedade rural, como lazer, moradia, matrimônio, projeto educacional, envelhecimento e trabalho na agricultura. Coradini (2011) aponta que segundo Spanevello, as propriedades com agricultores sucessores foram as que possuíam melhores condições produtivas e econômicas e onde também houve o maior estímulo aos filhos para continuarem na agricultura. Já os agricultores sem sucessores, apresentavam como arranjo a venda da propriedade ou a passagem do estabelecimento aos filhos, tentando assegurar a assistência aos pais na velhice. Portanto, as questões objetivas são centrais sobre a reprodução das unidades de produção familiar. Em outras palavras, há uma diferenciação dos projetos profissionais dos jovens, de acordo com a autonomia material e de renda, que geralmente é indivisa e fica nas mãos do pai da família, e também da condição fundiária das famílias, influenciando na permanência ou não no campo.

Ocorre também na atualidade mudanças nas relações entre pais e filhos, segundo Coradini (2011), como um menor papel dos pais na decisão sobre o destino dos filhos (transformações geracionais); maior circulação de jovens nos espaços urbanos; condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos; a busca de autonomia financeira e prosseguimento dos estudos; bem como a preferência do lazer urbano.

Há também, para Coradini (2011), uma busca de convívio social com jovens urbanos, que é encontrado em espaços em comum, como na igreja, na prática de esportes, no lazer, nos bailes, nas festas e nos shows, pois há também uma limitação de lazer nos espaços rurais. Não há uma estrutura de parques, cinemas, teatros ou agenda de exposições e atividades culturais, o que limita também as redes de sociabilidade, e traz a necessidade de expandir as redes de relações, com pessoas de outras cidades, de “fora”. A monotonia é encontrar-se sempre com as mesmas pessoas. Portanto, a reputação e a imagem são muito

importantes, já que todos se conhecem ou reconhecem pelos sobrenomes, o que dificulta as relações de amizade e namoro, causando restrições morais.

A busca pela ascensão social é visada pela juventude, de acordo com Coradini (2011), apesar de que as mobilidades, não representem necessariamente, a redução das desigualdades de acesso e que darão novas e melhores oportunidades sociais. Ainda a ascensão social, não significa o mesmo para jovens rurais do sexo masculino e do feminino, há uma diferenciação do tipo de trabalho e de obtenção de renda desejado. Segundo o autor, as chances de uma filha de agricultores ascender são muito baixas em relação a filhas de outros profissionais.

A migração ao meio urbano é vista pelos jovens, como uma forte possibilidade de ascensão ou reconversão social. Os filhos e filhas não herdeiros, Brumer e Anjos (2008), se deslocam para outras atividades sociais ou regiões geográficas, buscando estratégias de reconversão, que estão presentes em todas as práticas do êxodo rural na busca pelo trabalho fora da agricultura. Abramovay e Camarano (1999) debatem sobre este processo migratório da juventude rural, que está ligado à oferta de trabalho nas cidades. A migração das jovens rurais vincula-se principalmente à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residências.

Outro aspecto, para Abramovay e Camarano (1999), em relação a maior migração das jovens rurais estaria ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as jovens têm uma carga de trabalho pesada e não reconhecida, como referenciado anteriormente em Paulilo (2016). Mas retornando aos autores, é pouca a contrapartida visível às jovens mulheres dentro da unidade familiar, como se caracteriza boa parte dos estabelecimentos agrícolas em Santa Catarina, deixar a casa dos pais é uma alternativa para a independência econômica das jovens. São elas estimuladas a migrarem também pela própria família, já que o acesso à terra para as jovens rurais e a continuidade como agricultoras, como indicado anteriormente, é bastante restrito.

Para Abramovay e Camarano (1999), há a possibilidade das jovens migrarem aos centros urbanos em busca de formação educacional e da independência econômica. O acesso à educação no campo sempre foi algo precário a essa população. Segundo Abramovay e Camarano (1999), dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) de 1995 “mostram que no Brasil rural 55% dos rapazes [...] [e] 42% das jovens rurais têm menos de quatro anos de estudo”. Sendo até hoje muito precária a condição da escolarização da população no campo, o que é aprofundado no tópico seguinte.

Devido a maior migração das jovens, em parte buscando estudo, acarreta no processo de masculinização do campo. E a ausência de juventude no meio rural causa o processo de envelhecimento do campo brasileiro, Brumer e Anjos (2008). Dados do Censo Agropecuário de 2017 em relação a 2006 comprovam o constante processo de êxodo da juventude do campo ainda na atualidade, em 2006 eram 3,3% de jovens no campo o que passa a 2% em 2017.

Bourdieu (2006) em seu texto, “O camponês e seu corpo”, traz outro elemento sobre a masculinização e envelhecimento do campo. Para Bourdieu (2006, p.83):

[a] educação e sua posição social leva as jovens a serem sensíveis à “apresentação” (aparência, vestimenta, porte, comportamento), bem como abertas aos ideais urbanos, elas assimilam os padrões culturais vindos da cidade mais rapidamente que os rapazes, o que condena os últimos a serem medidos por metros que os desvalorizam aos olhos de suas potenciais cônjuges. Como o camponês internaliza, por seu turno, a imagem desvalorizada que os outros formam de si a partir das categorias urbanas, ele passa a perceber seu próprio corpo como um corpo “encamponizado” [“em-peasanted”], carregado dos traços das atividades e das atitudes associadas à vida rural. A má consciência que ele tem de seu corpo [...] amplifica a vergonha e o sem-jeito produzidos pelas relações sociais marcadas pela extrema segregação dos sexos e pela repressão do compartilhamento das emoções.

Para Bourdieu (2006), as mulheres são muito mais aptas a adotarem os modelos culturais urbanos, pelo fato de que a cidade acaba representando a sua esperança de emancipação. Além disso, Coradini (2011) argumenta que o agricultor é desprestigiado no mercado matrimonial pelo entendimento que casar com um agricultor, implica em um projeto de vida voltada à agricultura, o que é bastante recusado pelas jovens; ser agricultor está associado a baixos rendimentos, o que os coloca em desigualdade de condições no mercado matrimonial. E também é inconcebível as jovens, segundo Coradini (2011) e Carneiro (2001), que querem permanecer no meio rural reproduzir o modo de vida de suas mães, com ocupações secundárias dentro da unidade produtiva e financeiramente subordinada ao cônjuge.

Por outro lado, relembra Carneiro (2001), por muito tempo o celibato masculino também se constituiu como uma estratégia da família camponesa de preservar a integridade da propriedade territorial (partilha da herança ou dote), algo comum e também bastante ligado à religião católica, já que aconteciam celibatos religiosos e também leigos. Segundo Brumer e Anjos (2008) a igreja Católica, principalmente na região Sul do país, e também a Igreja Evangélica de Confissão Luterana recrutaram profissionais das zonas rurais de imigração

européia. Para Carneiro (2001) era quase norma, ter entre os filhos um padre ou uma freira. Mas também era e são em gerações mais velhas comuns os celibatos leigos ou religiosos femininos. Sucintamente era positivo ter mão de obra, através de muitos filhos, mas por outro lado podia comprometer o patrimônio familiar e desencadear crises de reprodução social. Comumente o processo de transmissão do patrimônio é traumático, já que a autoridade patriarcal pode ser colocada em xeque, causando conflitos que tentam ser resolvidos dentro da família, porém recentemente é mais comum a recorrência de ações judiciais.

Sobre as mulheres celibatárias, Carneiro (2001) afirma que se há muitas histórias individuais dessas mulheres, mas o que existe em comum é a esperança por um casamento ou até ressentimento por não terem encontrado marido. E há uma tendência de que a vida dessas mulheres seja penosa. Mas quando ocorre o celibato leigo, a participação da mulher na produção acaba por ser mais reconhecida e visibilizada, por outro lado não possuem poder na esfera doméstica, já que vivem na casa de seus irmãos ou pais.

Portanto, como argumentado por Carneiro (2001), é importante considerar os custos individuais com a obediência às decisões familiares ou com as perdas e frustrações dos interesses coletivos devido aos projetos individuais. Em resumo, tanto a definição do sucessor como do cônjuge, são dramas de ordem individual que não se mostram na lógica do sistema, mas incidem sobre os laços afetivos dos membros da família. Todo o processo entre reprodução da família ou de migração são processos conflitantes e extremamente delicados aos membros da família rural.

E dentro deste cenário a juventude rural apresenta também olhares conflitantes entre trajetórias de vida que levam a sucessão ou a migração. Carneiro (2001) aponta que mudanças como a limitação da expansão de fronteiras agrícolas e a mecanização, que diminuiu a necessidade de mão de obra, também são fatores que alteram os padrões de herança e sucessão. Mudanças que fizeram com que, por exemplo, os filhos mais velhos passassem a sair para estudar e entrar no mercado de trabalho urbano, enquanto ao mais novo caberia dar continuidade a manutenção da integridade do patrimônio familiar. Historicamente, segundo Carneiro (2001, p. 40):

[...] Nos primeiros tempos de migração do jovens para a cidade, o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares. Mais tarde, esta situação será invertida: dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na “colônia” passará a representar um fator de exclusão social.

Assim cada vez mais, de acordo com Carneiro (2001, p. 40) “[...] O estudo passa a ser, então, uma nova forma de herança: um investimento no futuro como um caminho alternativo à agricultura”. Ainda para Carneiro (2001, p. 40):

As mulheres só ingressam neste movimento migratório uma geração mais tarde. Ao ir estudar na cidade, elas perdiam o direito à herança da terra, mesmo se não se casassem. Recentemente, em decorrência da pressão dos valores que sustentam os direitos da mulher na sociedade urbana, os pais, dependendo da situação econômica, doam lotes ou apartamentos na cidade para as filhas que migraram.

Para a autora, a profissão de agricultor (a) perde o caráter moral que tinha e passa a ser uma profissão entre outras. Ainda para Brumer e Anjos (2008), a adesão e valorização da profissão de agricultor podem variar também com os contextos sociais e com a desvalorização cultural da agricultura familiar. Assim, mobilizando estratégias de adesão à identidade de agricultor e permanência ou a de desvalorização e mobilidade social, neste caso o patrimônio fundiário tem diversos destinos, venda, arrendamento, abandono, parcelamento, etc. Brumer e Anjos (2008, p. 15) mostram que:

Em alguns contextos sociais, a desvalorização da agricultura como meio de existência pode favorecer a herança feminina da propriedade da terra. Em alguns casos, herdar a terra pode corresponder à “escolha” do filho ou da filha que se mantiver na agricultura e cuidar dos pais na velhice [...]. Em outros casos, a herança feminina da terra, principalmente se for acompanhada de sua partilha, aponta para a pouca importância do patrimônio da terra para a reprodução familiar [...].

Outro fator da desvalorização do trabalho rural, segundo Carneiro (2001, p. 41) se deve:

A oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social têm efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola. Ocorre a flexibilização do padrão de herança: não há mais uma regra a seguir, e fica em casa aquele que tiver “mais aptidão” para a agricultura e “menor vocação para os estudos.” Idealmente, ainda é o mais novo quem deve ficar, mas esta regra é abandonada face aos projetos individuais e às aptidões pessoais; abrem-se portanto espaços de negociação entre filhos e pais. É claro, no entanto, que esta flexibilidade tem um limite, que é dado pela necessidade de haver um sucessor. No caso de invalidez ou morte do pai, ou do seu sucessor, há sempre um filho que retorna à casa para dar continuidade ao projeto familiar de manter a exploração agrícola.

Para Carneiro (2001), há hoje uma mudança na estrutura patriarcal, que se deve a crise do sistema de reprodução, mas ao mesmo tempo abre espaço a socialização feminina. Abrem-se outras formas de inserção social às mulheres, para além do casamento e da vida

religiosa. E cada vez mais, se busca a formação profissional para o mercado de trabalho urbano. Em gerações anteriores, a escolarização se limitava ao ensino secundário e o acesso às profissões como de auxiliar de escritório e de comércio, ou ainda eram levadas a trabalharem como empregadas domésticas em casas da classe média urbana, para elas sustentarem seus estudos.

E por outro lado, como destacado por Carneiro (2001) a vida na agricultura se torna cada vez menos atraente às jovens rurais, ao vislumbrar o papel de esposa tradicional. A terra, não é mais algo associado de forma exclusiva à atividade agrícola, abre-se margem para outras possibilidades como de turismo rural, pousadas, etc. Para Carneiro (2001, p. 43) “[...] as novas alternativas de trabalho, independentes do casamento, e os novos valores sobre os papéis de gênero aguçam o sentimento de direito à herança da terra, e estimulam as mulheres solteiras a reclamarem pela sua parte”.

Muitos jovens, de acordo com Coradini (2011), têm um conjunto de opiniões negativas sobre o urbano, violência, criminalidade, poluição e desemprego e prefeririam morar no meio rural. Ocorre uma ambiguidade entre o projeto de vida e o modo de vida observado como ideal. As perspectivas parecem ser de que a residência no meio rural não se concretize; ou se configura uma migração de tipo migratório pendular, com o trânsito constante entre rural e urbano, em que a própria formação de nível superior já impõe um distanciamento da sua comunidade.

Mas dentro de sua pesquisa o autor, constatou que foi mais fácil aos jovens rurais elencarem aspectos negativos sobre o campo do que positivos. Os aspectos negativos se referiam à insalubridade do trabalho; às baixas condições financeiras, trabalho não dar retorno financeiro; e à instabilidade gerada pelas variações climáticas. E também o veneno foi citado como algo negativo, juntamente com as intoxicações. As vantagens seriam: a autonomia de não ter patrão, não ser mandado; fazer seu próprio horário; já conhecer o trabalho; e também não faltar produção de alimentos para a subsistência. Os jovens de forma geral veem o trabalho dos pais e avós como um trabalho muito sofrido, com problemas de saúde devido ao trabalho no campo e não querem ter esse mesmo destino. A juventude busca ter mais qualidade de vida. No tópico seguinte é aprofundado os debates acerca da educação e sua relação com a juventude rural e as trajetórias educacionais.

5 - TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

A educação no meio rural é uma questão a ser debatida, pois historicamente está distante desta população. É notável a existência de grupos sociais excluídos do sistema educacional, e para compreender o impacto dessa exclusão, se faz necessário retomar algumas questões. Como apontado por Bordignon (2020), o analfabetismo representa uma rotulação discriminatória e estigmatizante, que constitui a exclusão educacional. Segundo Bordignon (2020, p. 168) “[...] os sentidos atribuídos aos que não sabem ler e escrever indicam a distância simbólica que os separa dos agentes em análise, e aponta para a linha que os separa dos demais[...]”. Geralmente o analfabeto é visto como ignorante, iletrado, estúpido, entre tantas outras colocações pejorativas.

Bordignon (2020) traz outros elementos, como a histórica exclusão dos analfabetos do sistema eleitoral. Neste sentido, o que não sabe ler e escrever é considerado incapaz de produzir sua opinião, de julgar, e são dependentes dos capazes de discernir o mundo. Os analfabetos estão hierarquicamente posicionados enquanto inferiores. O rural é frequentemente visto como um espaço de atraso, de ignorância e de forma pejorativa em relação ao urbano e a outros setores do meio rural, como o agronegócio, que busca passar uma imagem de desenvolvimento atrelado às tecnologias, sobretudo com a “Revolução Verde”, com o uso dos agrotóxicos e grandes maquinários.

Em outros termos, há também uma elite rural, que diferente da massa da população rural, teve acesso à escolarização e ao ensino superior. Bordignon (2020) ao estudar as elites intelectuais e políticas do final do século XIX, mostrou a relação existente entre origem social, escolarização, trajetórias e as estratégias de reprodução social. Segundo Piccin (2015), os títulos escolares servem para as elites agrárias do Sul do Brasil avançar posições sociais dentro de outras esferas de poder. Portanto, a conquista de títulos escolares a esse grupo não está associada a trajetórias de reconversão ou abandono das condições de origem, mas sim uma continuidade de fazer seu lugar no mundo há muito existente. Os indivíduos e as famílias da elite, já estariam reservados a excelência social.

As trajetórias, os investimentos pessoais, devem ser analisados em relação com o grupo familiar e com o universo social como um todo. A família tem importância na mediação entre indivíduos e esferas sociais e é à base de socialização dos indivíduos. Segundo Piccin (2015), o fato de pertencer a uma linhagem nobre atesta a estas famílias uma posição dominante, na qual a pressão para conquistar títulos escolares e reconhecimento social é menor. Assim, há estilos de vida que medeiam, relacionam as condições de origem com os destinos sociais e políticos. Piccin (2015, p. 323) afirma que “[...] o sentido dos investimentos escolares tem mais a ver com a consagração social e a ampliação dos distintos capitais do que com estratégias de reconversão de trajetórias sociais e busca de autonomização de jogos intelectuais”. Pois, em um ambiente social em que não há uma equivalência entre títulos no mercado, as acumulações de capital estão centradas nas relações de reciprocidade que podem ser assimétricas ou não. É importante, portanto, compreender as relações de reprodução social.

As estratégias de reprodução social seriam o modo que um grupo busca para manter ou modificar a sua posição social ou a transformação em busca de sua manutenção social. Mas como afirmado por Labache e Martin (2008), existem diversas fronteiras sociais e simbólicas que precisam ser ultrapassadas e que variam segundo as trajetórias. Para alguns essas fronteiras sociais e simbólicas se remetem a uma proteção contra a desclassificação social e para outros significa um obstáculo que necessita ser transposto para escapar.

Segundo Bordignon (2020, p. 167) “[...] dependentes do capital a ser reproduzido e das condições sociais de sua reprodução, os investimentos dos quais indivíduos e grupos lançam mão conectam-se aos esquemas classificatórios e aos princípios de hierarquização social vigentes”. Assim, de acordo com as origens sociais, há chances desiguais de aquisição ou reprodução de patrimônios herdados e expectativas de futuro.

E a mobilidade, as rupturas e as recomposições sociais, segundo Labache e Martin (2008), têm relação com a classe, o gênero, a nacionalidade, ou a origem. Para os mesmos, esse processo se deve a condições estruturantes prévias e também da disposição de atores, de experiências educativas, acontecimentos não previsíveis e o contexto no qual se está inserido. Para muitos jovens é forte o desejo de ruptura de fronteiras sociais, muitas vezes incitados pelos pais através da crença no êxito escolar.

Para compreender estes processos, vale lembrar que segundo Bourdieu (2018), toda sociedade repousa sobre dois princípios, um das estruturas objetivas na distribuição de capital e mecanismos que tendem garantir a sua reprodução, e outro nas próprias disposições à

reprodução. Bourdieu (2018, p. 22) argumenta que “[...] é na relação entre esses dois princípios que os diferentes modos de reprodução se definem, particularmente as estratégias de reprodução que os caracterizam”. E como já argumentado anteriormente, as estratégias de reprodução social das sociedades camponesas, via matrimônio, foi perdendo peso e cedeu lugar para o sistema escolar.

Portanto, a educação é vista como, segundo Bourdieu (2018), uma estratégia das famílias e filhos (as) escolarizados (as) de um investimento em longo prazo, que nem sempre é reconhecido como tal. Ainda para o autor, a educação não deveria ser reduzida apenas a uma questão econômica, deveria para, além disso, produzir agentes sociais capazes de receber a herança do grupo e de retransmiti-la, reproduzindo a família e suas estratégias de reprodução. Há um incentivo da família rural de que os filhos e filhas estudem, como uma forma de (re)inserção ocupacional, segundo Brumer e Anjos (2008), em que os investimentos escolares representam o centro de reconversão social.

Para Bourdieu (2018, p. 28) “[...] os detentores de capital não podem manter sua posição na estrutura social senão ao preço de uma reconversão dos tipos de capital que eles detêm em outros tipos, mais rentáveis e mais legítimos em dado estado dos instrumentos de reprodução [...]”. Bordignon (2020) reflete sobre a elite intelectual e política brasileira indicando, no mesmo sentido, o uso de estratégias de reconversão social para a manutenção da posição de dominantes.

De acordo com Piccin (2015), as elites agrárias tiveram relativa decadência econômica e política no século XX, o que caracterizou a imagem dos grandes proprietários de terras, passando a imagem de que o Brasil surgiria como “país do futuro”. Mas no Sul do Brasil, os grandes proprietários, as elites agrárias tiveram uma trajetória ascendente economicamente e politicamente e passaram a ocupar postos de mando na política nacional e burocracia do Estado. A relação com as elites agrárias nacionais mudou, principalmente no caso dos estancieiros do Rio Grande do Sul, que produziam charque para alimentar a classe trabalhadora das lavouras de exportação, e passaram a produzir as carnes processadas em frigoríficos e destinadas às classes média e alta urbanas.

Para Piccin (2015), existe também uma relação entre a estrutura agrária e os investimentos em relações sociais e recursos educacionais. Ao longo do tempo, as elites agrárias nacionais, conseguem controlar a transição para uma sociedade industrial, sem se contraporem e não deixarem de estimular esse processo, ao mesmo tempo em que não perderam o controle do campo.

Muitos filhos de estancieiros, segundo Piccin (2015), no Rio Grande do Sul se formaram em cursos superiores. Mas suas formações eram exercidas e dominadas por regras morais de desinteresse, um *habitus* de desinteresse, que convertia em dívidas e em capital simbólico, buscando maior legitimidade social. Era também um mecanismo de distinção social, na reciprocidade assimétrica e na dominação personalizada. Em suma, eram profissões obtidas não por necessidade, mas sim por uma hierarquia baseada na honra.

Piccin (2015) afirma que segundo Garcia Jr., no Nordeste filhos da elite agrária consideravam os investimentos escolares como uma forma de fuga do declínio econômico e uma forma de reverter as suas trajetórias individuais, onde capital cultural e escolar eram condições necessárias ao êxito. E eram estes, geralmente filhos não herdeiros das terras e propriedades agrárias. Já no Rio Grande do Sul, segundo o autor, todos os filhos e filhas herdavam terras, e os investimentos na educação não os excluía de serem proprietários fundiários. Na elite agrária Nordestina, as trajetórias, as legitimidades e o poder simbólico, se dão fora do círculo de controle da família, diferente do Rio Grande do Sul, em que os filhos de estancieiros, depois de formados, voltavam as suas cidades de origem. A formação e o retorno eram fundamentais para ampliação de redes de clientela política locais, o que poderia ajudar a alcançar posições políticas nas esferas estadual e nacional. Os investimentos escolares possuem modos decisivos e diferentes sobre as possibilidades de constituição das trajetórias dos indivíduos, podem ser uma forma de reconversão das trajetórias e de abandono da condição de origem.

Segundo estudo de Bordignon (2020), o acúmulo de desvantagens sociais, faz com que os destinos sejam mais dependentes das origens sociais. Assim como os exames no século XIX, atualmente, o ingresso em cursos acaba tendo repercussão nas origens sociais, devido às exigências, por exemplo, do domínio de língua estrangeira. Portanto, os percursos, as trajetórias individuais se diferenciam segundo as origens sociais.

Bourdieu e Passeron (2014) indicam que o acesso à universidade se faz realmente de uma seleção/eliminação segundo as origens sociais dos estudantes. E é característica aos diferentes meios sociais a imagem dos estudos como algo “impossível”, “possível” ou “normal”, o que também cria as vocações escolares. Mesmos os que ultrapassam obstáculos, segundo os autores, há uma maior adaptabilidade ou um meio familiar mais favorável a escapar da eliminação, e os que chegam ao ensino superior, possuem atitudes e aptidões frequentemente ligadas à origem social.

Bourdieu e Passeron (2014) afirmam que a classe social é um dos fatores centrais e determinantes ao acesso escolar e à universidade, por exemplo. Dependendo da origem social dos pais, é possível visualizar algumas relações com as chances de acesso educacional. E dentro deste quadro social os assalariados agrícolas, filhos de agricultores em geral são os que possuem a menor chance de acesso à universidade. E são impostas mais barreiras ao acesso educacional às jovens filhas de agricultores, pois para Bourdieu e Passeron (2014, p. 22) “[...] a restrição das escolhas impõem-se mais às classes baixas que às classes privilegiadas e mais às estudantes que aos estudantes, a desvantagem sendo ainda mais acentuada para as moças de origem mais baixa”, o que foi apontado em estudos semelhantes em relação ao caso brasileiro, como de Coradini (2011). Quando essas jovens tem o acesso ao ensino superior, se deparam com a divisão do trabalho entre os sexos, elas tendem a optar por profissões que preparam para a docência, diferindo dos jovens da mesma classe e ainda mais de classes mais abastadas. Elas também enfrentam a desigualdade de acesso aos diferentes cursos e a das hierarquias das instituições de ensino.

Ainda para Bourdieu (2018, p.28) o sistema escolar:

pode contribuir para a reprodução da estrutura social, mais precisamente da estrutura da distribuição do capital cultural, destinando as crianças a uma eliminação ainda mais provável quando vêm de famílias com menos capital cultural, na medida em que essas crianças (e suas famílias) têm mais chances de ter disposições que as inclinam à auto-eliminação (como a indiferença ou a resistência aos estímulos escolares) porque estão em uma posição mais desfavorecida na estrutura da distribuição do capital cultural.

De acordo com Bourdieu (2008), as estruturas espaciais e as estruturas mentais são incorporadas da ordem das estruturas sociais, ou seja, é nesse espaço onde o poder se afirma e se exerce, às vezes de forma sutil como a da violência simbólica, uma violência despercebida. É dessa maneira, que cada um dos agentes sociais, se localiza em um lugar caracterizado pela posição relativa a outros lugares, espaços e distâncias que os separam, havendo ainda uma naturalização dessas hierarquias e distâncias sociais.

Há privilegiados culturais, que herdaram saberes e o saber fazer, gostos que são qualificados enquanto “bom gosto”, segundo Bourdieu e Passeron (2014). Esses conhecimentos culturais são distintos nas diversas origens sociais, por exemplo, a frequência a museus, os conhecimentos de teatro, música, pintura, cinema etc. E no processo de ensino, o ensino de cultura pressupõe um corpo de saberes, de saber-fazer, que são de domínio da classe alta. Mas em detrimento destes fatores, nas classes mais baixas e médias, há uma forte busca

pela ascensão social através da escola, apesar de que a princípio entre camponeses e operários era raro o incentivo pelo esforço escolar. Para Bourdieu e Passeron (2014, p. 42) “[...] para uns, a aprendizagem da cultura da elite é uma conquista, pela qual se paga caro; para outros, uma herança que compreende ao mesmo tempo a facilidade e as tentações da facilidade.”.

A herança cultural facilita o sucesso escolar e, para Bourdieu e Passeron (2014, p. 45)

[...] o sistema de educação pode na verdade assegurar a perpetuação do privilégio unicamente pelo jogo de sua própria lógica; dito de outra forma, ele pode servir aos privilégios sem que os privilégios tenham que se servir dele: em seguida, toda reivindicação que tende a autonomizar um aspecto do sistema de ensino, ainda que se tratando do ensino superior na sua totalidade, ou, por abstração ao segundo grau, de um ou outro aspecto do ensino superior, serve objetivamente ao sistema e a tudo o que serve ao sistema, pois basta deixar esses fatores agirem, da escola maternal ao ensino superior, para assegurar a perpetuação do privilégio social.

Assim as origens sociais, para Bourdieu e Passeron (2014) definem as chances, as condições de vida e de trabalho e as suas condições de existência, como também definem o tipo de vida cotidiana, os recursos, a intensidade e modalidade de sentimentos de dependência, etc. Em todo o processo educativo a origem social está presente, ao saber que alguns estudos custam caro; que há profissões que não se entram sem algum patrimônio; a desigualdade de informação sobre os estudos e suas possibilidades; modelos culturais sobre certas profissões e escolhas escolares a um meio social; e a pré-disposição de se adaptar aos modelos e regras da escola. É essa série de conjuntos de valores que fazem se sentir “em seu lugar” ou “deslocado” no processo educacional.

Em consequência desse processo há, segundo Bourdieu (2008), numerosos estabelecimentos escolares, que aproximam pessoas, que tudo separam e as obrigam a coabitarem nesse espaço. Essas relações são permeadas pela ignorância ou pela incompreensão mútua ou conflito, resultando em inúmeros sofrimentos, podendo fazer com que muitos se sintam deslocados. Estas incompreensões se predispõem, de que em determinados espaços, os que o ocupam, devem cumprir com as condições exigidas desse espaço social. Nesse sentido, segundo Bourdieu e Passeron (2014), são também os filhos e filhas de classes sociais baixas e médias, os mais relegados ao atraso e repetência educacional, o que faz com que a escola acabe por eliminar constantemente crianças dos meios mais desfavorecidos, pois estas crianças encontram uma série de obstáculos também culturais.

Os dominantes, as classes dominantes, através das estratégias de reprodução, se conservam como dominantes e mantêm uma classe de excluídos ou, em outras palavras, de dominados. São sempre criadas, de acordo com Bourdieu (2018), novas estratégias de reprodução desta estrutura social. E a instituição escolar acaba, muitas vezes, sendo uma das mais importantes para a reprodução da estrutura social desigual, em que ocorre o processo de dominação, com métodos e técnicas de transmissão e critérios de avaliação das desigualdades sociais das crianças de diferentes classes sociais, tratando todos como iguais quando são desiguais. Ainda a Bourdieu e Passeron (2014, p. 97) “[...] a autoridade legitimadora da escola pode redobrar as desigualdades sociais porque as classes mais desfavorecidas, muito conscientes de seu destino e muito inconscientes das vias pelas quais ele se realiza, contribuem para a sua realização”.

Para Bourdieu (2018, p.32) ocorre uma contradição:

do modo de reprodução escolar [que] reside na oposição entre os interesses da classe a que a escola serve estatisticamente e os interesses dos membros que ela sacrifica. Reside também no fato de que a superprodução, com todas as contradições que ela implica, torna-se uma constante estrutural quando, com o modo de reprodução de componente escolar, oportunidades teoricamente iguais de obter títulos escolares são oferecidas a todos os “herdeiros”, meninas ou meninos, irmãos mais novos ou primogênitos, ao mesmo tempo que o acesso dos “não herdeiros” a esses títulos aumenta também (em números absolutos) e que a eliminação brutal, desde a entrada no ensino secundário, dá lugar a uma eliminação branda.

É dessa estrutura escolar que se serve a classe dominante, que se reflete nas estratégias de reprodução das relações entre dominantes e dominados. Ainda para Bourdieu (2018), o mais importante para a reprodução social são as estruturas da instituição escolar.

São também, aos autores Bourdieu e Passeron (2014), os estudantes das classes mais baixas, que são forçados a ter um projeto profissional mais realista, pois o estudo se apresenta antes de tudo como uma oportunidade, que deve ser apreendida e um meio de elevar a hierarquia social. As próprias relações do estudante com o estudo tem relação com as chances objetivas que os indivíduos de sua classe têm de acesso ao ensino superior, diferente dos estudantes das classes altas que podem ter projetos de futuro vagos já que nunca tiveram de escolher verdadeiramente o que fazer, pois é a educação, o ensino superior algo banal a si e sua família, diferente dos estudantes de classe baixa, que não podem deixar de se interrogar sobre o que fazem, porque é improvável esquecer que poderiam não o fazer.

Para Bourdieu e Passeron (2014), o sucesso ou o fracasso no sistema escolar estão intimamente relacionados às desigualdades sociais, mas o que é tomado geralmente enquanto uma desigualdade de dons ou como uma desigualdade natural, na verdade dependem de orientações precoces, de efeitos do meio familiar. E a lógica do sistema postula o mesmo, através de uma igualdade formal de todos os estudantes e não reconhece outras desigualdades que não o que é considerado enquanto um dom individual. E ao mesmo tempo em que há políticas para a entrada de filhos de agricultores e operários no ensino superior, o mesmo passa a diminuir quando se alteram ou relaxam essas políticas, é uma desigualdade que precisa realmente ser abolida do ensino e do social. Esse processo de corte de possibilidade de permanência nas instituições de ensino de qualidade é um fato da realidade atual brasileira.

5.1- AS JOVENS RURAIS E A EDUCAÇÃO

Abramovay e Camarano (1999, p. 25), apresentam alguns questionamentos essenciais sobre a realidade brasileira educacional,

a relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, ainda mais precários que os do meio urbano; por sua vez, um dos piores da América Latina. O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades?

Para Zago (2013), as questões relacionadas à estrutura agrária do país são centrais para entender as mudanças na dinâmica social rural, após a modernização capitalista do campo. Há uma maior dependência do agricultor ao sistema financeiro e agroindustrial. E a educação se mostra como uma alternativa de reconversão social, principalmente às jovens que entendem como menores as suas chances na agricultura familiar, devido a uma série de fatores de sua realidade como já relatados anteriormente, como de acesso à terra, desigualdade de gênero, etc. São esses processos que intensificam também a masculinização e envelhecimento do campo e o êxodo rural.

Mas ao mesmo tempo, as expectativas profissionais com o sistema educacional, são percebidas pelos jovens rurais dentro dos limites que lhe são cotidianos, como apontados por Bourdieu e Passeron (2014) e Bourdieu (2018), de desigualdades sociais e escolares, capital cultural e também de condições materiais, como o acesso a boas escolas. As moças, segundo Zago (2013), têm um melhor nível educacional que os rapazes rurais. São elas que mais

buscam alternativas à vida no campo, que mais buscam migrar e a educação parece a esse grupo o acesso ao mundo urbano e a outras profissões. Apesar do interesse educacional, a permanência dos jovens no sistema de ensino, se mantém reduzido no grupo de jovens que permaneceram no campo, o que é diferente para os jovens que migraram, ainda neste grupo quanto maior a renda familiar, maior o nível de instrução. Portanto, é forte, segundo Zago (2013, p. 03), a ideia de que “ou se estuda, ou se fica no campo”. Zago (2013, p. 03 - 04) afirma que:

Essa observação de maior investimento escolar por parte das filhas não exclui as desigualdades de gênero em um universo cultural onde a divisão do trabalho, a distribuição da herança e o gerenciamento da propriedade continuam favorecendo os homens em detrimento das mulheres. [...] Como já foi observado “a problemática da reprodução da agricultura familiar torna-se mais complexa à medida que são trazidos à tona os elementos de diferenciação de gênero que com ela interagem”.

Ainda para Zago (2013), a maior parte da migração de jovens do rural para o urbano, se dá para trabalhar e não para continuar os estudos. O baixo nível educacional dessa população, também reduz as chances de inserção no mercado de trabalho urbano. Ainda para a autora, a migração de jovens do meio rural para o urbano é menos por uma idealização da cidade e mais devido a uma falta de perspectivas no meio rural. Mas quando se dá a continuidade e a valorização dos estudos, a grande maioria é incentivada pelos pais, para que não repetissem a história destes. Ainda segundo Zago (2016, p.70):

Diferente de uma tendência nas pesquisas sobre as relações família e escola, que dá visibilidade sobretudo à atuação das mães na escolarização dos filhos, é recorrente entre os universitários entrevistados o reconhecimento do papel preponderante exercido pelo pai no investimento escolar da fratria. Embora a mãe não fique ausente quando eles se referem à importância da família no estudo dos filhos, a orientação paterna ganha lugar dominante. Sem excluir a influência de outras dimensões da realidade social e cultural, é possível levantar a hipótese de que o pequeno produtor rural, vendo-se impossibilitado de transmitir a herança da terra, conforme tradição cultural nas regiões do sul do país, reforçado ainda pelo sentimento de crise da agricultura familiar, sente-se responsável por conduzir os filhos para outro ramo de atividade. No grupo de famílias aqui considerado, o temor do trabalho desqualificado e da degradação social na cidade reforça a ideia de reconversão profissional com certificação escolar para ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano.

De acordo com Zago (2016, p. 69) “a migração dos filhos e o investimento na formação universitária não se encontram isolados das condições sociais da reprodução

camponesa, do forte apelo social pela ampliação da educação formal e das novas exigências do mercado de trabalho urbano [...]”. Segundo Zago (2015, p. 197 - 198) as orientações socioprofissionais da juventude rural se dividem em: “1) resistência à exclusão escolar: a busca de um nível de formação permitindo uma reconversão profissional; 2) a reprodução da condição de agricultor; 3) mobilidade geográfica forçada em direção à proletarização[...]”.

Para compreender esses diferentes destinos e trajetórias, se faz necessário retomar as condições educacionais no campo. Quando analisada a estrutura educacional brasileira no meio rural, é visível a histórica sobreposição dos interesses dos camponeses, da agricultura familiar, por interesses externos a esses, por exemplo, no embate entre educação do campo e educação rural. A educação rural, para Santa Catarina (2018) em Política de Educação do Campo, significa uma educação voltada aos interesses do mercado, que nasce no governo de Getúlio Vargas, enquanto a educação do campo se constitui em 2010 com um decreto presidencial, através da mobilização de movimentos sociais do campo. A educação do campo surge também como forma de superar as defasagens históricas de acesso à educação pela população do campo, entre outros objetivos tentando reduzir o analfabetismo.

Ainda pode-se visualizar um processo contínuo e constante de fechamento de escolas no meio rural, em que dados do Censo Escolar apontam que entre apenas o período de 1995 a 2016 foram fechadas 60.065 escolas rurais. Processo que se contrapõem a uma necessidade, a busca, em especial, das jovens, mas de toda a juventude rural que é a procura pela educação formal. Para conseguir acessar a educação formal, a juventude precisa se deslocar por longos percursos, até uma escola nuclearizada ou a uma instituição de ensino superior.

Segundo Vendramini (2015, p. 53), muitas escolas para não acabarem sendo fechadas, “[...] são levadas a se reorganizar por meio de diversas estratégias: agrupamento de escolas, compartilhamento de programas e recursos, redução de despesas, abertura para programas instrumentais de profissionalização e escolarização em curto prazo, entre outros”. Ainda para a Vendramini (2015, p. 54) “[...] as escolas rurais no Brasil, historicamente, têm estado em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série”. É o campo o lugar que historicamente possui os menores índices de escolarização, como já indicado por Abramovay e Camarano (1999, p. 25), em que se tem o difícil acesso às escolas, onde há precariedade, a baixa qualidade de ensino e o conteúdo dissociado da realidade. Ainda para Zago (2013, p. 05),

Além das especificidades do contexto rural, entre outras, a participação precoce de crianças e jovens no trabalho doméstico e agrícola, a dispersão geográfica e escassez

de transporte coletivo, persistem problemas relacionados à infraestrutura educacional no campo, entre eles, de oferta escolar [...] que dificultam a permanência da população rural nas escolas [...].

Segundo Zago (2013), em relação ao acesso ao ensino superior pela juventude do campo, a população universitária nacionalmente se tornou mais diversificada em aspectos como: composição social, faixa etária, gênero e raça, origem geográfica e trajetórias de vida. E os jovens rurais seriam um desses novos grupos sociais a ingressarem na universidade, pelo histórico processo de exclusão destes do ensino superior. Zago (2013, p. 07 - 08) afirma que:

No meio rural o prosseguimento dos estudos além do ensino médio, com frequência implica em mudança de residência com o adicional de despesas (custos com os estudos, alojamento, alimentação, entre outros) com as quais as famílias raramente podem arcar ou as assumem parcialmente e com dificuldades. [...] Quando a possibilidade de acesso ao ensino superior se confirma, cria-se um novo fato, não isento de impasses e mesmo de conflitos na família: a viabilidade financeira para manter o jovem em uma instituição, sobretudo quando de natureza privada. Desencorajados pela autoavaliação de suas chances objetivas, vários entrevistados não se inscreveram para prestar vestibular em universidades públicas da rede federal. [...]

Zago (2016) em relação ao incentivo à educação, geralmente esse se dá mais por um incentivo simbólico, devido os rendimentos reduzidos da família rural. E quando recebem algum valor no custeio com a educação, geralmente é considerado esse fator no processo de partilha da herança. E para a maioria desses jovens, para permanecerem na universidade só conseguem se pondo na condição de trabalhador e estudante. Ainda, a universidade pública é vista como de difícil acesso a juventude rural, devido à massiva concorrência e ao fato da precariedade do estudo acessado por esse grupo social.

Em resumo, segundo Zago (2015), a família tem uma importância por vezes sutil e nem sempre consciente ou intencionalmente, dirigindo os filhos e as filhas à vida escolar. Mas ela por si mesma não garante a permanência dos filhos na escola. É necessário considerar os estudantes como uma parte ativa do seu próprio percurso, influenciados por diversos fatores, entre eles: a faixa etária, as relações que estabelecem com o ambiente doméstico, os aspectos de socialização no bairro, o trabalho ou outros espaços sociais de interação.

Para Zago (2016, p. 72), “[...] a migração entre os jovens, [...] ‘pode ser avaliada como negação do projeto camponês’, diferentemente de uma tradição histórica de movimentos migratórios cuja mobilidade era ‘constitutiva da reprodução camponesa’”. Ainda segundo Zago (2016), o prosseguimento dos estudos não é mais a escolha deliberada de um

dos filhos e os demais permanecem na agricultura como era no passado. Por fim, Zago (2016, p. 76) conclui:

que fixar o jovem no campo é uma tarefa mais complexa e que depende de políticas não apenas educacionais. A transferência do estudante de um estabelecimento de ensino localizado no meio rural para outro no meio urbano certamente produz novas experiências sociais e culturais, podendo ampliar o campo de interesse para outros horizontes de possibilidades, como também foi relatado nas entrevistas, porém não parece ser o fator determinante da migração. Assim, para apreender a problemática do êxodo dos jovens na atualidade, é preciso considerar aspectos da realidade tanto micro quanto macrossociais e uma análise que leve em conta as transformações sociais no campo e sua relação com a sociedade mais ampla.

Para Hage (2014), a escola também deve considerar os aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia, pois há uma grande diversidade que constitui as populações do campo: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e ainda muitos outros que produzem as condições de existência através do trabalho no meio rural.

Ainda segundo Hage (2014), o modelo da escola para a classe trabalhadora rural é vinculado à base dos interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e se faz necessário pensar um modelo de educação da classe trabalhadora do campo, através de seus próprios interesses. É com esse intuito, que acontece uma série de mobilizações populares, aprofundando o debate e fomentando a criação de políticas públicas para o campo.

Quando o Brasil deixa de ser um país agrário-exportador e passa a investir em um sistema econômico no modelo urbano-industrial, se fez necessária uma maior massificação do ensino. Neste momento, nascem as iniciativas de educação popular, para tentar dar conta da demanda de sujeitos alfabetizados para o desenvolvimento do país. Mas, apesar das novas iniciativas, a população do campo continua em uma situação precária em relação à educação.

O projeto tradicional de escola para o meio rural seria o de uma educação rural que sustenta que para morar no campo e trabalhar nele, não é necessário o estudo, segundo Pavani e Andreis (2017), ela é voltada para os valores do mundo do trabalho urbano, contribuindo para inserir o sujeito trabalhador do campo no mundo capitalista das grandes cidades. Projeto esse contraposto pelo da educação do campo, defendido pelos movimentos sociais rurais, pois o campo é também um local de vida e não somente de produção e de trabalho.

A precariedade da educação para a população do campo é ainda a realidade brasileira: de acordo com Zago (2016, p.64), “segundo dados do Censo Escolar de 2011, 45.716 escolas do Brasil ainda possuíam salas multisseriadas, nas quais são ministradas aulas para alunos de diferentes idades e séries”, o que segundo Hage (2014), representa 56,45% das Escolas do Campo existentes. Hage (2014, p.1172), aponta também “que dos 342.845 professores que atuam no campo no Brasil, quase a metade, 160.317, não possui educação superior (46,7%), e destes, 156.190 possuem o Ensino Médio (97,4%), e 4.127 possuem apenas o Ensino Fundamental (2,6%).”. Além de que muitas escolas não possuem infraestruturas adequadas. Segundo Hage (2014, p. 1172 - 1173),

o Censo Escolar de 2011 esclarece com mais detalhes essa situação ao indicar que das 76.229 escolas existentes no campo, 68.651 não acessam internet (90,1%), 11.413 não possuem energia elétrica (15%), 7.950 não possuem água potável (10,4%), e 11.214 não possuem esgoto sanitário (14,7%). Essa situação, não estimula professores e estudantes a permanecerem nessas escolas ou sentirem orgulho de estudar nas escolas localizadas em suas próprias comunidades, fortalecendo assim o estigma da escolarização empobrecida e abandonada que tem sido ofertada no meio rural, que força as populações do campo a deslocarem-se para estudar na cidade, como solução para essa problemática.

Santos (2017) e Zago (2016) afirmam que apesar das políticas adotadas, permanecem acentuadas as desigualdades educacionais entre campo e cidade, em todas as regiões do país. Zago (2016, p. 64) as desigualdades permanecem “[...] tanto em relação ao acesso à educação e à qualidade do ensino quanto no que se refere à infraestrutura dos estabelecimentos, à formação docente, ao grau de analfabetismo e às discrepâncias entre idade e série [...]”. Santos (2017) constata que até a idade de 17 anos o percentual de jovens que frequenta a escola no rural e no urbano é parecido. Mas, para Santos (2017), quando se considera o nível de ensino como o Ensino Médio, as desigualdades são maiores. E também segundo Zago (2016), é possível falar em universalização do ensino fundamental no campo ou na cidade, mas quando chegam às faixas do ensino médio se encontram as maiores distorções entre escolarizados e não escolarizados. Ainda a autora afirma, que para a população de 15 anos ou mais da zona rural, corresponde a quase metade da estimada a população urbana que frequenta a escola. E que o prolongamento dos estudos para além do ensino fundamental é relativamente recente entre os filhos e as filhas de agricultores. Além disso, Zago (2016) afirma que existem poucos estudos sobre os jovens rurais com acesso ao ensino superior, seus

projetos, condições de escolarização e perspectiva profissional, devido às pesquisas terem uma tendência a visar à população urbana.

Zago (2016) em sua pesquisa constatou que a frequência escolar de estudantes do meio rural à escola da 1ª à 4ª série do antigo primário era alta de 90% a 100%, mas os pais e professores afirmavam que após essas séries a maioria das crianças deixou de estudar, principalmente pela oferta escolar limitada no entorno. E com o tempo o número de escolas multisseriadas diminuiu e a partir da política de nuclearização de escolas, houve o subsídio ao transporte escolar de muitos estudantes das áreas rurais para as áreas urbanas a fim de continuarem os estudos.

De acordo com Santos (2017) na faixa etária de 18 a 29 anos se ampliou a escolaridade da população, mas quando considerado o campo essa ampliação é pequena. Para Santos (2017, p. 607):

Em 2004, o grupo de 18 a 29 anos residente no campo acumulava escolaridade média de 5,5 anos de estudo. Esse número passou, em 2014, para 8,1 anos, o que ainda colocava os que moravam no campo em situação de desigualdade frente à média do Brasil como um todo (9,9 anos) e dos residentes nas áreas urbanas, em particular (média, em 2014, de 10,2 anos). Desse modo, é possível visualizar, na última década, crescimento em ritmo lento da escolaridade dos jovens do campo, o que constitui situação problemática considerando as exclusões já sofridas por esse grupo.

Ainda para Santos (2017, p. 608) “[...] aos 16 anos, 85,1% dos jovens do campo frequentam a escola. Na faixa de 17 anos, o percentual dos que frequentam é de 70,4% e, para o mesmo grupo residente nas áreas urbanas, é de 74,1% [...]”. Já a partir dos 18 anos, essa distância se alarga, com os jovens do campo com o menor percentual de escolarização. E em relação ao percentual dos que trabalham na faixa etária de 15 anos, segundo Santos (2017), é de 27,9% no meio rural e 11,5% no meio urbano. Até a idade de 21 anos é maior o percentual de jovens que trabalham no campo em relação à cidade. Os jovens do campo começam a trabalhar muito mais cedo do que os jovens da cidade, muitos desde crianças. De acordo com Santos (2017), em 2014 62,1% dos jovens rurais passaram a desempenhar atividades laborais até os 14 anos de idade, enquanto no urbano é de 25%, o que correspondeu a uma redução, pois em 2004, 80% dos jovens do campo desempenhavam atividades laborais.

Santos (2017) aponta também uma relação entre a idade que a pessoa começou a trabalhar e a sua trajetória escolar, o que se torna mais problemático na medida em que os sujeitos envelhecem sem ter terminado o processo de escolarização. Santos (2017, p.618) os

jovens “[...] passam a lidar, cada vez mais, com imposições da reprodução social familiar e desafios da transição para a vida adulta, quando o trabalho se impõe de forma mais enfática [...]”.

Retomando outros dados, segundo Ferreira e Brandão (2012), houve uma diminuição na quantidade de estudantes matriculados na educação básica: em 2010, o total foi de 51.549.889 matrículas, sendo 6.437.958 matriculados no meio rural. Em 1991, foram 56.265.848 matrículas na educação básica, em que 7.927.273 residiam no meio rural, mas não foram computadas as diferenças como a de alunos transportados do campo, que estudam na cidade, dos alunos residentes nas cidades. Segundo Santa Catarina (2018) na Política de Educação do Campo, 13% das matrículas na educação básica no ano de 2010 eram em escolas rurais, passando em 2015, a 11,71%, diminuição que estaria relacionada ao fechamento de escolas rurais e a pouca oferta de turmas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Houve também um decréscimo de escolas, ao longo dos anos: em 1991, havia 214.943 estabelecimentos de ensino da educação básica públicos e privados no Brasil. Em 2010, se registraram 194.939 estabelecimentos públicos e privados urbanos e rurais.

Boa parte das escolas fechadas são escolas multisseriadas, modelo esse de escola predominante atualmente em boa parte das escolas do campo. Cardoso e Jacomeli (2010) apontam que, no ano de 2007, havia 1.149 escolas multisseriadas em Santa Catarina. Para Ferreira e Brandão (2012), o processo de fechamento das escolas deu-se fortemente a partir da segunda metade dos anos 1995, mas não é um processo novo, vem ocorrendo desde a década de 60, se constituindo enquanto uma política de fechamento de escolas tanto urbanas como rurais, com um impacto maior nas escolas rurais.

É importante compreender a questão do acesso à educação no meio rural, para entender as possibilidades de trajetórias e percursos sociais e educacionais das jovens rurais. Portanto, aprofundam-se neste trabalho alguns elementos da educação no campo em Santa Catarina. A tabela seguinte apresenta dados atualizados oriundos da Santa Catarina (2018) em Política de Educação do Campo, em que se podem visualizar os estabelecimentos de ensino em áreas rurais por níveis de ensino no estado.

DEPENDÊNCIA	EDUCAÇÃO INFANTIL	PRÉ-ESCOLA	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
			ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		
Municipal	292	764	742	174	6	-
Estadual	-	-	150	158	77	14
Federal	-	-	-	-	2	2
Privada	6	2	-	1	3	2
Total	298	766	892	333	88	18

Tabela 9- Estabelecimentos de ensino em áreas rurais por nível de ensino em Santa Catarina – 2015.
Fonte: Santa Catarina - Política de Educação do Campo (2018).

É perceptível a concentração de escolas no campo, por níveis escolares, havendo muito mais escolas até os anos iniciais do ensino fundamental e uma diminuição no número de escolas a partir dos anos finais do ensino fundamental. E destas escolas, segundo Santa Catarina (2018, p. 37) na Política de Educação do Campo havia em 2015 um total de “[...] 98.241 matrículas: 70.036 nas escolas municipais; 26.838 nas escolas estaduais; 851 nas escolas federais e 516 nas escolas privadas”. O que ressalta que a grande maioria das escolas que se situam no meio rural catarinense está no âmbito público, e principalmente municipal. A falta de escola na localidade rural pode estimular o processo de saída da escola.

Ainda segundo a Santa Catarina (2018, p. 38) em Política de Educação do Campo, segundo Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC), “[...] em abril 2017, contabilizavam-se 90.814 matrículas de crianças, adolescentes e jovens nas escolas estaduais, com residência na área rural. Deste número, 23.613 frequentavam escolas localizadas na área rural, totalizando apenas 26%”. Ainda aos mesmos, em Santa Catarina de 2011 a 2015 foram fechadas 192 escolas no campo. Na tabela seguinte é possível visualizar a relação das escolas nas áreas rurais por níveis de ensino no Brasil e em Santa Catarina.

	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
BRASIL	14.811	45.176	57.239	18.792	2.780	955
SANTA CATARINA	298	766	892	333	88	18

Tabela 10- Escolas do campo da educação básica em 2015.
Fonte: Santa Catarina - Política de Educação do Campo (2018).

Em todo o país, são poucos os estabelecimentos escolares presentes em áreas rurais. O fechamento de escolas, principalmente no meio rural, tem forte impacto na sociedade

brasileira, em especial sobre a parcela rural do território. O fenômeno do fechamento de escolas rurais mostra-se não mais enquanto uma situação individual, mas uma problemática que afeta muitas famílias rurais. Este processo, de acordo com Ferreira e Brandão (2012), afeta comunidades, que sem discussões prévias sobre as vantagens e desvantagens da abertura ou fechamento de escolas no campo, desconsideram o princípio da participação comunitária nas decisões que abarcam a educação e as políticas públicas para educação, que impactam diretamente sobre milhares de cidadãos, sobretudo crianças e adolescentes, o que conseqüentemente interferiu e interfere na formação sociocultural e política dos que residem ou trabalham no campo.

6 - MAPEANDO PERFIS: UM CONTATO INICIAL

São múltiplas as questões, dúvidas e curiosidades despertadas e renovadas com a discussão bibliográfica, que estão longe de conseguirem serem totalmente respondidas neste trabalho. Mas estas questões foram essenciais para dar os primeiros passos e lançar o olhar para as jovens aqui inicialmente mapeadas.

Com as leituras e o desdobrar da escrita às opções e possibilidades, de recorte, foram se definindo dentro da realidade concreta e dos sentidos que a pesquisa foi tomando, para a compreensão da questão do acesso educacional de jovens rurais e os impactos em suas trajetórias. São muitas as questões como: Quais as expectativas, representações e possibilidades confiadas pelas jovens e/ou por sua família na educação? Quais as possibilidades concretas de acesso à escola? A que escola se tem acesso? Quais os significados do acesso educacional, as estratégias de reprodução da agricultura familiar e de reconversão social? E quais os impactos nas trajetórias sociais e educacionais das jovens e suas possibilidades de futuro? Essas e outras questões surgem e de alguma forma permeiam este trabalho.

Em relação às trajetórias das jovens rurais, elas se distinguem também entre uma série de fatores, classe, raça, gênero, origem social, etc. Para tentar olhar esse fenômeno mais de perto, e para compreender o acesso à educação e o impacto na trajetória das jovens, foi decidido pelo recorte de uma instituição escolar em específico. Definiu-se pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama, escola de Ensino Médio federal instalado na cidade de Ibirama, sobre o qual já tínhamos alguns conhecimentos prévios, devido à autora ser

egressa da mesma instituição. Portanto, se mapeou jovens filhas de agricultores que estudaram ou estudam no Campus Ibirama.

É necessário aprofundar algumas informações acerca dos *campi* dos Institutos Federais Catarinenses e mais precisamente do Campus Ibirama. Mas antes é importante melhor situar a cidade de Ibirama. A cidade de Ibirama, segundo Prefeitura de Ibirama (2021), possui pouco mais de 18 mil habitantes e é localizada na microrregião do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina. Em relação à população do município, em 2010 se encontravam 14.813 pessoas na área urbana e outras 2.517 na área rural. A economia do município é baseada na indústria, comércio, serviços e agropecuária. A cidade busca potencializar o turismo por atrativos naturais e culturais, onde está presente também o turismo rural e o turismo de aventura, este último devido à presença de relevo acidentado.

A cidade foi fundada em 1897, de acordo com a Prefeitura de Ibirama (2021), e até hoje mantém forte característica da colonização europeia, principalmente de alemães e italianos. Ainda para Prefeitura de Ibirama (2021), é possível perceber essas heranças culturais em atividades como gastronomia, artesanato, música, dança, clubes de tiro e bolão, assim como está presente no cotidiano de muitas famílias o uso do idioma alemão e italiano. Em relação à educação, para a Prefeitura de Ibirama (2021, p. 01),

[...] a população dispõe de acesso a seis escolas e seis centros de educação infantil municipais, além de três colégios estaduais e um colégio particular. No ensino superior, encontra-se o campus CEAVI da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), além de um campus do Instituto Federal Catarinense (IFC) e filiais das instituições Uniasselvi e Unicesumar.

Sobre a taxa de escolarização, entre a idade de 6 a 14 anos, segundo Prefeitura de Ibirama (2021), em 2010 eram escolarizados 98,8% deste grupo etário. Ainda para a Prefeitura de Ibirama (2021), Ibirama possui como municípios limítrofes José Boiteux, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Lontras, Apiúna, Ascurra e Benedito Novo. Sobre o processo de colonização da região, segundo Prefeitura de Ibirama (2021), foi organizado pela Sociedade Colonizadora Hanseática que era localizada em Hamburgo na Alemanha. Para a página Povos Indígenas no Brasil (2021), as terras da região eram reconhecidas pelo estado enquanto devolutas, apesar da presença da população indígena hoje reconhecida como Laklãnõ. Ocorreram e ainda ocorrem conflitos entre a população indígena e a população de descendência europeia. Além de que no passado agiram na região grupos de milícias

fortemente armadas, chamados de bugreiros, responsáveis por localizar e matar a população indígena, de acordo com Povos Indígenas no Brasil (2021).

Segundo a Prefeitura de Ibirama (2021), os primeiros colonos na região tiveram como atividades centrais a agricultura e a pecuária. Inicialmente a região, hoje do município de Ibirama, era distrito da cidade de Blumenau, e era chamada a princípio de Hansa-Hamônia e depois Hamônia. Quando o distrito passa a ser reconhecido como município recebe o nome de Dalbérgia, depois novamente passa a se chamar Hamônia, passando por fim a se chamar Ibirama, palavra de origem indígena que significa “terra da fartura” ou “terra da abundância”.

Retomando a reflexão sobre a instituição escolar, o Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Ibirama, tem suas primeiras turmas no ano de 2011, portanto, atualmente com dez anos de existência. A princípio o campus era vinculado ao Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul e era denominado de Campus Avançado de Ibirama, depois se tornou autônomo. Inicialmente, as primeiras turmas ofertadas de Ensino Médio técnico integrado, em 2011, eram Técnico em Vestuário e Técnico em Eletromecânica, no ano seguinte é também aberto à turma de Técnico em Informática. Em 2014 o curso Técnico em Eletromecânica deixa de ser ofertado e passa a ser ofertado o curso Técnico em Administração.

Em 2015, é aberto o curso de graduação, Tecnologia em Design de Moda, de acordo com Instituto Federal Catarinense (2021). E são atualmente também ofertados os cursos de Especialização em Educação e Interdisciplinaridade e a Especialização em Moda. Além da oferta de cursos de formação inicial e continuada em Libras Básico, Libras no EM Integrado e também do PROEJA com Qualificação em Administração Comercial.

Para poder realizar o curso integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal Catarinense, é preciso prestar uma prova de seleção. Segundo Instituto Federal Catarinense (2021) no processo seletivo há a possibilidade dos candidatos se inscreverem por cotas, são elas Escola Pública, Baixa Renda, Preto, Pardo, Indígena (EPBRPPI); Escola Pública, Baixa Renda, Não Preto, Pardo, Indígena (EPBRNPPI); Escola Pública, Qualquer Renda, Preto, Pardo, Indígena (EPQRPPI); Escola Pública, Qualquer Renda, Não Preto, Pardo, Indígena (EPQRNPPI); Agricultura Familiar (AGRICUL) e também atualmente a cota para pessoas com deficiência. Do total das vagas 50% são destinadas aos cotistas. Diversos relatórios de ingresso ao longo dos anos de 2016 a 2021, período encontrado no site do Instituto Federal Catarinense (2021), ainda reforçam que há muitos candidatos que se inscrevem de forma errônea em diversas cotas. Portanto, há uma forte desinformação sobre o funcionamento do

sistema de cotas, problema ao qual o Instituto busca encontrar soluções. É possível supor, que há também muitos candidatos que seriam habilitados a se inscreverem no sistema de cotas e não o fazem.

Chama a atenção à existência da cota destinada a Agricultura Familiar, que após pesquisa mais aprofundada descobriu-se que é apenas voltada ao curso de Agropecuária nos diversos *campi* do Instituto Federal Catarinense (IFC) no estado. No curso de Agropecuária são destinados 25% das vagas para ampla concorrência, diferente dos demais cursos que disponibilizam 50%. Essa diferença se deve ao fato de que 25% das vagas desse curso se destinam a cota de Agricultura Familiar. De acordo com Brumer e Anjos (2008, p. 09) “[...] neste sentido, os cursos técnicos agrícolas, como as “escolas de alternância” ou as “casas familiares rurais”, recrutam seus alunos fundamentalmente entre os filhos de agricultores, qualificando o saber de jovens previamente socializados na atividade”. De certa forma é o mesmo processo que ocorre também nos *campi* do Instituto Federal Catarinense.

É importante observar que apesar da cota Agricultura Familiar se destinar somente ao curso de Agropecuária, durante os anos de 2016 a 2021, esta correspondeu, do total das vagas ocupadas nos diversos *campi*, a mais ou menos 5%. Em 2021, dos 16 *campi* do Instituto Federal Catarinense (IFC), sete, possuem o curso técnico integrado ao Ensino Médio em Agropecuária. Sendo que em *campi* como de Santa Rosa do Sul são 185 vagas anuais, Concórdia são 140 e em Araquari, Camboriú e Rio do Sul são 105 vagas. É um dos cursos com maior oferta de vagas no estado, junto ao curso técnico de Informática, com menor quantidade de vagas nos *campi*, mas presente em 11 dos 16 *campi*. Também é interessante observar que um dos *campi* mais jovens o Campus Avançado de Abelardo Luz, se encontra em área rural, no Assentamento José Maria, ligado ao Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e busca atender principalmente a população rural.

Alguns dados chamam a atenção e parecem dialogar com os dados e discussões bibliográficas já apresentadas sobre o rural, por exemplo, a questão da renda das famílias que correspondem a essa categoria Agricultura Familiar. De acordo com análise do Instituto Federal Catarinense (2021), referente aos dados do processo seletivo de 2016, indicam uma relação candidato/vaga baixa para os cursos de Agropecuária, curso que consecutivamente nos diversos *campi* que o ofertam, há maior índice de candidatos matriculados por Ações Afirmativas.

Ainda segundo relatório de ingresso de 2021 do Instituto Federal Catarinense (2021), nos cursos de Agropecuária dos *campi* Camboriú, Rio do Sul e Santa Rosa do Sul foi onde

houve maior queda no número de inscrições. A queda nas inscrições correspondeu a mais de 100 inscritos. Dado esse que para o Instituto sinaliza a necessidade de análise mais detalhada. Segundo Instituto Federal Catarinense (2021, p. 30),

Em relação às ações afirmativas, constatou-se, em 2021, uma diminuição no número de candidatos que optaram em concorrer através das ações afirmativas disponibilizadas. Em 2020, cerca 64,85% dos candidatos homologados optaram se inscrever por alguma ação afirmativa. Em 2021, o percentual foi 57,3%.

Durante a pandemia os *campi* seguiram com as aulas no formato online. Assim, o processo de seleção também ocorreu no formato online, o que pode ser um dos fatores para a redução das inscrições de candidatos cotistas, assim como a pandemia e a crise atual. Inicialmente a divulgação dos processos de seleção, se davam pela visita as escolas da região, o que também se alterou com a pandemia, a divulgação se deu basicamente pelas mídias virtuais. E a seleção ocorreu através de sorteio dos candidatos. Boa parte dos estudantes, que ingressam nos cursos de Agropecuária, é de origem da agricultura familiar, e como já discutido anteriormente, é um dos grupos que enfrentam maior dificuldade no acesso à internet, o que pode ser um dos fatores que levou a menor inscrição no processo seletivo deste ano.

Apesar de haver uma cota destinada a agricultura familiar, não é possível saber quantos dos estudantes ingressos ou mesmo inscritos nos institutos são filhas e filhos de agricultores familiares. E foi buscando um mapeamento destes estudantes, em especial das jovens, que foi feito contato direto com a secretaria do IFC – Campus Ibirama. Da secretaria fomos encaminhados à professora responsável por nos responder. A partir da conversa virtual com a mesma, constatou-se que não há um material organizado segundo a profissão dos pais e que seria preciso a consulta individual dos dados de cada egresso e ingresso do Campus Ibirama. Além de ser preciso, o encaminhamento de ofício diretamente ao diretor do campus e foi indicado que a pesquisa deveria passar pelo Comitê de Ética.

Inicialmente se pensou em fazer um ofício, explicando esta pesquisa e os perfis buscados, assim como focar em egressos, portanto, jovens maiores de idade. Em conversa informal com outro professor do campus, acabamos mudando de ideia. Não teríamos tempo hábil para passar pelo Comitê de Ética, e provavelmente sem esse processo nosso ofício seria negado, além de ser quase certo não conseguirmos dados sistematizados. Assim, como sugerido por este professor e dialogando entre orientador e orientanda optou-se por fazer uma tentativa de reconstrução por arborescência/bola de neve e a saturação de perfis.

Chegamos a um grupo de nove jovens filhas de agricultores, com as quais conversamos diretamente, através das redes sociais, e mais outras cinco jovens indicadas que não entramos em contato. Devido às limitações de tempo e do findar de semestre, optou-se em prol de organizar e fechar a discussão bibliográfica, conseqüentemente os contatos acabaram ficando em segundo plano. Apesar dos contatos estarem em segundo plano, se pensava inicialmente, na possibilidade de realizarmos algumas poucas entrevistas, em torno de três. As jovens a serem entrevistadas seriam definidas por categorias, visando à diversidade entre as mesmas. Mas as categorias não chegaram a serem definidas, já que visualizamos a limitação de tempo e com ela a dificuldade de aprofundamento da análise. Portanto, optou-se por descrever as ações realizadas, os dados mapeados dos perfis e as limitações presentes. Na tabela abaixo é possível visualizar alguns aspectos gerais sobre os perfis.

Jovens	Pai ou mãe agricultor (a)?	Irmãos?	Concluiu o Ensino Médio?	Continuou os estudos após o Ensino Médio? Se sim, qual o tipo de instituição?	Vinculado a sindicato?
A	Pai: agricultor Mãe: costureira	1 irmã	Sim	Sim (universidade pública)	Sim
B	Pai: agricultor Mãe: costureira	1 irmã (B e C são irmãs)	Sim	Não	Não
C	Pai: agricultor Mãe: costureira	1 irmã (C e B são irmãs)	Sim	Sim (universidade pública)	Não
D	Pai: professor/ agricultor Mãe: professora/ agricultora	1 irmã (D e E são irmãs)	Sim	Sem informação	Sem informação
E	Pai: professor/ agricultor Mãe: professora/ agricultora	1 irmã (D e E são irmãs)	Não	-	Sem informação
F	Pai: agricultor	1 irmã	Sim	Sim	Sem

	Mãe: professora	(F e G são irmãs)		(Sem informação)	informação
G	Pai: agricultor Mãe: professora	1 irmã (F e G são irmãs)	Não	-	Sem informação
H	Pai: agricultor Mãe: agricultora	2 irmãos	Sim	Sim (universidade pública)	Sim
I	Pai: agricultor Mãe: agricultora	2 irmãs	Sim	Sim (universidade pública)	Não

Tabela 11- Perfil das jovens filhas de agricultores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre o processo de mapeamento, foi utilizado o método de arborescência/ bola de neve. Iniciamos o primeiro contato com a jovem, que denominamos jovem A, a qual tinha conhecimento prévio à pesquisa. Ela nos indicou outra jovem, que ao entrarmos em contato, descobrimos que a mesma não era filha de agricultores. Apresentemos algumas informações sobre esta jovem para além da Tabela 11, uma delas é a de que a produção na agricultura é destinada para o autoconsumo, além de possuírem um aviário. Também além do sindicato, a sua família é vinculada a um partido político de esquerda, onde participam ativamente.

Ainda sobre a arborescência/ bola de neve, entramos em seguida em contato com a jovem aqui denominada jovem B e jovem C, ambas são irmãs, já conhecidas pela autora. Juntas, informaram muitas jovens dentro do perfil, outras cinco jovens, não conhecidas previamente pela pesquisadora. Um dos fatores possíveis desse maior conhecimento sobre jovens rurais se deve a diferença etária, a jovem C é dois anos mais velha que a jovem B, e também por residirem em um município pequeno da região.

Das jovens indicadas pelas jovens B e C, conversamos também através das redes sociais com as jovens D e E, ambas também irmãs, mas nesse caso com diferença de idade maior. Entre as irmãs, apenas a jovem D soube indicar outra jovem, a qual não se entrou em contato para confirmar se é ou não filha de agricultores, devido ao tempo restrito. Já a jovem E se propôs a divulgar no grupo da turma no WhatsApp a presente pesquisa e mapeamento, para assim tentar localizar outras jovens filhas de agricultores, mas que por hora optou-se por não realizar. Ao conversar com a jovem D, surgiu uma dúvida em relação a elas estarem dentro do perfil buscado ou não, já que segundo ela a profissão principal dos pais é a docência e não a agricultura. As atividades da agricultura que realizam visam basicamente o

autoconsumo familiar. Mas conversando com a jovem E, ela considera seus pais também agricultores já que possuem bloco de nota e tiram notas enquanto agricultores. Este é um caso curioso, que certamente, somente com uma entrevista aprofundada entenderíamos melhor a situação. Além de nos lembrar, da diversidade e da pluralidade, do que por vezes é denominado como juventude rural. As relações são muito mais estreitas e complexas entre campo e cidade, do que por vezes é possível categorizar.

Foi feito contato também com a jovem F, que possui uma irmã, a jovem G, com quem não conversamos devido o pouco tempo. O contato com a jovem F foi mais desafiador, já que o primeiro diálogo se deu por rede social, e não havia contato prévio com a mesma, acabamos não tendo retorno. Voltamos a conversar com a jovem B e pedimos se ela poderia apresentar a pesquisadora e brevemente o trabalho para a jovem F. Assim, após a apresentação obtivemos retorno, mas de forma breve. A jovem afirmou não conhecer outras jovens filhas de agricultor ou agricultora que estudou ou estuda no Campus Ibirama, mas confirmou ser o perfil buscado. A jovem nos pareceu mais reservada em conversar e nos limitamos às apresentações iniciais.

Também fizemos contato com a jovem H. Ela nos indicou outras três jovens que conhece serem filhas de agricultores, também não realizamos contato com essas jovens. Esta jovem se mostrou curiosa e disposta a participar da pesquisa. Uma informação adicional sobre esta jovem é de que possui dois irmãos com idades de 20 anos e outro de 5 anos. O irmão mais velho, também já estudou no instituto Campus Ibirama e hoje trabalha no sindicato ao qual a família é vinculada.

Por fim, conversamos com a jovem I, que também nos indicou outra jovem, a qual não foi feito contato. No caso de I ambos os pais são agricultores e tem como principal produção a criação de vacas leiteiras, mas até alguns anos atrás tinham como atividade principal junto as vacas de leite, a produção de fumo. Também produzem alimentos para o consumo da família.

As cidades de moradia das jovens mapeadas variam, entre Apiúna (1 jovem), Dona Emma (6 jovens), Ibirama (1 jovem) e Presidente Getúlio (1 jovem). O Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama atende com seus cursos, a população da cidade onde está localizado, mas também de muitas cidades vizinhas, e em menor escala atende também estudantes de outros estados. De forma geral, percebemos que a maioria das jovens contatadas possuem irmãos e que ambas as irmãs estudaram ou estudam no IFC. Em relação aos cursos

das jovens mapeadas, elas realizaram ou realizam Técnico em Vestuário (2 jovens), Técnico em Informática (3 jovens) e Técnico em Administração (4 jovens).

Alguns elementos percebidos nesse breve mapeamento são de que para boa parte das jovens apenas o pai tem como profissão a agricultura. Já as mães destas jovens têm como profissão a de costureira ou a de professora. Poucas das jovens com quem tivemos contato têm ambos os pais exercendo a profissão de agricultores. O que pode ser uma indicação, do que é apontado por autoras como Paulilo (2016); Brumer e Anjos (2008) e Carneiro (2001) em relação à divisão do trabalho entre homens, mulheres e crianças no campo e a desvalorização do trabalho exercido pelas mulheres e pela juventude. Além de poder indicar que as jovens veem como negativo a permanência no campo e o trabalho na agricultura.

Não é possível afirmar que as jovens ou as mães que trabalham em outras profissões, não exerçam também o trabalho no campo, como o plantio de alimentos para o autoconsumo da família. Um dos casos é o das jovens irmãs D e E, ambos os pais são professores, mas trabalham também enquanto agricultores na propriedade. Apenas com as entrevistas poderíamos ter uma ideia melhor do cenário. Dos perfis levantados, podemos perceber que muitas das jovens que terminaram seus estudos no IFC, e que possuímos informação, realizam algum curso de ensino superior (cinco jovens), uma não cursa o ensino superior, outra jovem não possuímos informação e duas estão atualmente no Ensino Médio.

Em relação aos cursos realizados pelas jovens no Campus Ibirama, as preferências são pelos cursos de Administração e Informática. É possível ver que há uma busca maior por esses dois cursos, segundo dados de ingresso do Instituto Federal Catarinense (2021). O porquê dessas escolhas pode estar relacionado à busca pela inserção no mercado de trabalho urbano. Também chama a atenção, que dentre os perfis, muitas são as jovens que possuem apenas irmãs na família, 8 de 9 jovens, apesar que das 9 jovens mapeadas, há 3 duplas de irmãs.

São muitas as questões sobre o perfil das jovens que não foram aprofundadas, e que são importantes de serem investigadas mais profundamente. Por exemplo, quais as principais produções na propriedade, se há na família vínculos com algum sindicato, associações, movimentos sociais ou partido político. E também sobre as trajetórias educacionais das jovens, se elas estudaram em escolas no campo; suas perspectivas de trabalho e de acesso à renda; qual a renda média da família; se o trabalho é vinculado à agroindústria; qual o tamanho da propriedade rural; se estudam atualmente e em qual curso e instituição; estado civil; com quem residem; qual a preferência de local de moradia, no rural ou urbano, etc. E

também conhecer o que e por que decidiu estudar no IFC e o porquê de tal curso que fez ou faz no instituto. Se há incentivo dos pais em relação à continuidade do estudo e/ou a sucessão na propriedade rural. Assim como também perceber qual o grau de escolarização do pai e da mãe dessas jovens, e como foi esse processo de escolarização ou de não acesso à escolarização.

Como afirmado por Bourdieu (2008), através da estrutura das relações objetivas, é possível ler o presente e o passado das trajetórias e das estruturas dos estabelecimentos escolares que foram frequentados. Portanto, a estrutura e história dos sistemas de ensino se exprimem também nas pessoas. A estrutura do espaço social e escolar no qual se percorrem trajetórias diferenciadas, apesar de muitas vezes se referir ao passado, continuam a orientar a visão do passado e do futuro escolar e também da própria pessoa em sua singularidade. Portanto, o que significa e o que muda para essas jovens, que nos últimos dez anos vêm acessando uma educação pública, gratuita e de qualidade através do Instituto Federal Catarinense, e que muito provavelmente impacta na trajetória dessas jovens, e também diferencia essas trajetórias em relação às gerações anteriores, que não tiveram acesso a esse sistema escolar.

Havia a expectativa inicial de expandir o mapeamento das jovens e a partir disso buscar visualizar melhor distintos perfis, retomando contatos, definindo as categorias, e conseqüentemente definindo também as jovens as quais buscaríamos entrevistar. Mas no momento permanecemos no contato inicial, em que a grande maioria as jovens se mostraram curiosas e dispostas a participar da pesquisa.

7 - CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve um caráter inicial, de breve mapeamento de perfis de jovens do interior do estado de Santa Catarina, que estudaram ou estudam no Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama. Assim, como também de discussão bibliográfica sobre o tema, trazendo o debate sobre a questão agrária brasileira e educacional, e discussões acerca da juventude rural, que permeiam problemáticas como a sucessão, a migração e a reprodução social da agricultura familiar. Muitas das questões aqui levantadas não foram respondidas, mas dão indicações e caminhos possíveis para a continuidade em trabalhos futuros.

Segundo Abramovay e Camarano (1999) e o Censo Agropecuário de 2017, é possível visualizar um processo de masculinização e envelhecimento do campo, devido a uma forte migração da juventude rural, principalmente das jovens. Elas migram em busca de alternativas à vida do campo e em busca de acesso a renda. Apesar das migrações visarem mais o trabalho no meio urbano, são elas em relação a eles, que possuem mais anos de educação formal e que mais procuram continuar os estudos.

Este processo está relacionado, segundo Carneiro (2001), com o desenvolvimento de mudança na reprodução social da agricultura familiar, em que, a partir da “Revolução Verde”, o foco coletivo das estratégias de reprodução social, passa a se tornar cada vez mais, voltado aos projetos individuais. Consequentemente há uma flexibilização dos padrões de herança, em que os filhos que ficam no campo, permanecem mais por uma falta de alternativas, por não terem conseguido se inserir no mercado de trabalho urbano ou continuado os estudos.

Ainda é forte a ideia que Zago (2013) aponta, de que ou se estuda ou se fica no campo. E é esse um ponto que necessita ser olhado e discutido, pois segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, o nível de instrução dos agricultores brasileiros permanece muito baixos, cerca de 23% dos agricultores não sabem ler e escrever. E a pouca escolarização da população do campo é um fenômeno histórico ainda constante, que afeta de forma diferente a diversidade dos sujeitos e grupos sociais do campo brasileiro, que divergem por características como de classe, gênero, raça, origem social, entre muitas outras. Além de que, como apresentado por Bordignon (2020), o analfabetismo carrega um rótulo estigmatizante e pejorativo, em que se estabelecem relações de desigualdade social.

No processo de sucessão, de divisão da herança e/ou migração, são momentos que ocorrem muitos conflitivos, entre pais e filhas/filhos, como argumentado por Carneiro (2001) e Coradini (2011). Ainda para esses autores, é possível vislumbrar uma mudança na trajetória das jovens, que se volta a projetos de vida e decisões tomadas mais na ordem do individual. Assim, o casamento/matrimônio como uma estratégia de reprodução perder sua força em prol de uma busca maior pela escolarização enquanto estratégia social e de reconversão social. Mas é esse um processo que não significa uma real redução das desigualdades sociais, como debatido por Bourdieu e Passeron (2014), pois há uma série de limitações que se vinculam à origem social, a classe social, gênero, etc, e que a escola por vezes reproduz, por exemplo, o acúmulo de desvantagens sociais. E também o campo, encontra uma grande precariedade das escolas localizadas no meio rural, o que é discutido por Hage (2014) e Zago (2016). O acesso à educação, também possui significados diferentes, de acordo com a origem social, como argumentado por Piccin (2015), para a elite rural, ela significa mais a manutenção da sua posição social, enquanto para, por exemplo, a agricultura familiar, pode significar uma procura por reconversão social e/ou ascensão social.

Em suma, para Bourdieu e Passeron (2014) o estudo pode significar a grupos diferentes, algo “impossível”, “possível” ou “normal”. Em que historicamente a população do campo está atrelada a impossibilidade, apesar do recente crescimento na procura pela escolarização, esse processo, segundo Zago (2016) está também vinculado às condições da reprodução camponesa. Portanto, é importante lembrar as questões de Abramovay e Camarano (1999, p. 25), “o maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades?”, que também permanecem de alguma forma neste trabalho.

A juventude parece ter duas possibilidades iniciais: a migração ou a sucessão na propriedade rural, mas há uma tentativa de criar alternativas dentro deste processo contraditório, entre o sair e o permanecer no campo. Como o destacado por Coradini (2011), há, por exemplo, um fluxo pendular, entre o sair para trabalhar e/ou estudar e o voltar à propriedade rural. Esse fluxo pendular, com a busca por formação educacional, geralmente derivado da distância das instituições educacionais do meio rural, pode indicar uma ruptura, inicial, com a ideia de que quem permanece no campo não tem muita escolarização, como foi apontado por Zago (2013). Mas, somente através de entrevistas, seria possível compreender esse processo de forma aprofundada, o que permanece enquanto um indicativo para pesquisas futuras.

Ainda como abordado por Zago (2013), as jovens possuem um maior nível educacional do que os jovens no campo. Mas é esse um processo recente, segundo Zago (2016), isso está relacionado também as políticas educacionais das últimas décadas que abriram oportunidades para camadas da população que antes de encontravam distantes, por exemplo, das universidades. Rompendo em parte com as desigualdades sociais de origem, destacadas por Bourdieu e Passeron (2014). A educação passa a ser valorizada como uma estratégia de reprodução, de acordo com Brumer e Anjos (2008).

E no contexto, das jovens aqui mapeadas, os Institutos Federais Catarinenses, que se localizam em sua maioria em pequenas cidades do estado, poderiam abrir uma oportunidade, mas com limitações, de acesso a uma educação de qualidade para a população do campo, principalmente às jovens rurais. As jovens rurais são as que mais buscam alternativas a permanência no campo, e a escolarização, de acordo com Brumer e Anjos (2008), aparece como uma forma de acesso a formações profissionais voltados para o trabalho no meio urbano. Já que na dinâmica da transmissão do patrimônio familiar, em particular da terra, segundo Carneiro (2001), é realizada levando em conta os distintos papéis reservados a homens e mulheres na dinâmica de reprodução social.

No rural é essencial, segundo autores como Coradini (2011) e Stropasolas (2006), a socialização no trabalho, que geralmente ocorre desde a infância, mas que se dá de forma diferenciada entre os jovens e as jovens. São eles socializados com saberes e habilidades para assumir a gestão da propriedade, e não as jovens. Estão homens e mulheres, subordinados a arbitrariedades culturais, Bourdieu (2012), em que os gêneros se tornam duas essências sociais hierarquizados, em que o masculino ocupa o âmbito do público e o feminino do privado. Paulilo (2016) sinaliza que o trabalho é considerado “leve” ou “pesado” não pelo tipo

de trabalho realizado, mas sim por quem o exerce, o trabalho feito por mulheres e crianças, são considerados “leves” e dos homens “pesado”. Também influência no processo de reprodução social, o lugar que a jovem se encontra, com um trabalho invisibilizado e geralmente subordinado a figura masculina.

Concluindo, a realização de entrevistas poderia fornecer outras perspectivas para a compreensão do entrelaçamento entre o acesso à educação, das jovens mapeadas, e sua relação com as suas trajetórias educacionais e profissionais, assim como a sua condição no campo. Também atrelado a um debate mais aprofundado sobre o debate de gênero, podem vir a corroborar na realização de trabalhos futuros, o que atualmente, devido ao tempo reduzido, as condições atuais de pandemia e seus impactos subjetivos acabou por ser limitado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2007.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Estratégias de reprodução das elites políticas e intelectuais no Brasil em fins do século XIX**. Repocs, v.17, n.33, jan./jun. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. - 11^o ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A miséria do mundo**. 7^a edição. Editora Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Estratégias de reprodução e modos de dominação**. Tradução: Patrícia C. R. Reuillard, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O camponês e o seu corpo**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006. Disponível em: <http://ww.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3^a edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Presidente Prudente: Revista NERA – ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

CARDOSO, Maria Angélica; JACOMELI, Maria Regina Martins. **Considerações sobre as escolas multisseriadas: estado da arte**. Educere Et Educare Revista de Educação. Vol. 5 nº 9 jan/jun 2010. p. 267-290.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos Feministas, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT Pará fará lançamento regional do relatório Conflitos no Campo Brasil 2020**. 2021. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5715-cpt-para-fara-lancamento-regional-do-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CORADINI, Lucas. **Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar**. Dissertação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação e políticas de fechamento de escolas do campo**. 2012. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

GARCIA, Afrânio. **A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro**. 1979. Porto Alegre: Sociologias, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, 2014.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. **As mulheres no Censo Agropecuário 2017**. 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210624.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

IBGE. **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 11 ago. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 jun. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 28 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Relatórios – Coordenação-geral de Ingresso.** 2021. Disponível em: <https://ifc.edu.br/relatorios-coordenacao-geral-de-ingresso/>. Acesso em: 15 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA. **IFSC e IFC: é tudo a mesma coisa?** 2021. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/post-intercambistas/1720255/ifsc-e-ifc-%C3%A9-tudo-a-mesma-coisa>. Acesso em: 22 set. 2021.

LABACHE, Lucette; MARTIN, Monique de Saint. **Fronteiras, trajetórias e experiências de rupturas.** Tradução de Alain François. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 333-354, maio/ago. 2008.

LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. **Êxodo rural, fazendas e desagregação.** Estudos Sociedade e Agricultura, 19, outubro, 2002: 6-39.

MÉTAILLIÉ, Anne-Marie. **A “juventude” é apenas uma palavra.** Entrevista com Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

MULINARI, Mauricio. **Avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural: análise das mudanças estruturais na agricultura catarinense.** 2019. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4317>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PAVANI, Greti Aparecida; ANDREIS, Adriana Maria. **O processo de nucleação e fechamento de escolas no campo e a luta dos movimentos sociais pela educação do campo.** 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1506706386_arquivo_greti_finalsinga.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

PICCIN, Marcos Botton. **Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha.** Trajetórias sociais e investimentos escolares. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2, 2015.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Xokleng**. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acesso em: 17 set. 2021.

PREFEITURA DE IBIRAMA. **Nossa cidade**. 2021. Disponível em: <https://www.ibirama.sc.gov.br/cidade>. Acesso em: 17 set. 2021.

SANTA CATARINA. **Política de educação do campo**. / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTOS, Robson dos. **Trabalho e educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo**: desafios à ampliação da escolaridade. Rev. bras. Estud. pedagóg., Brasília, v. 98, n. 250, p. 596-623, set./dez. 2017.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária**: uma discussão necessária. Presidente Prudente: Revista NERA, v. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Qual o futuro das escolas no campo?** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00049.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira**. 2019. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/78>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ZAGO, Nadir. **Em busca de novos horizontes**: migração e ensino superior nos projetos de jovens de origem rural. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ZAGO, Nadir. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. Chapecó: Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.

ZAGO, Nadir. **Um itinerário de pesquisa em sociologia da educação**: temas e orientações de trabalhos sobre escolarização nos meios populares. Revista pedagógica | v.17, n.36, set./dez. 2015.